

Em evento público, os dois silenciam

Bolsonaro e Flávio

não explicam conta

laranja de gabinete

Fabio Motta - Estação

HORA DO POVO
ANO XXIX - Nº 3.689 19 e 20 de Dezembro de 2018



Funcionários fantasmas, desvio de salários, conta milionária pega por Coaf

Durante um evento em Caxias (RJ), após ouvir Bolsonaro falar de como a pedagogia deve ser substituída pela "autoridade" e "hierarquia", os repórteres e cinegrafistas foram levados a uma sala onde ele falaria do sensacional caso de Queiroz, aproximado que, como motorista no gabinete de seu filho, Flávio, movimentou R\$ 1,2 milhão em sua conta, coletando salários dos demais funcionários. Porém, Bolsonaro e seu filho, também presente em Caxias, não apareceram. Saíram por outra porta e deixaram o local sem falar com a imprensa. **Página 3**



Boeing quer o aval do governo para fazer Embraer desaparecer

Manuela defende "unidade política ampla em defesa da democracia"
"Temos que garantir uma unidade política mais ampla em defesa da democracia. É preciso estarmos unidos enquanto campo para resistirmos a um projeto, resistirmos no Congresso e mobilizando a população", defendeu a deputada estadual Manuela D'Ávila (PCdoB-RS). **P. 3**

Na segunda-feira, foram divulgados os termos do contrato de venda da Embraer para a multinacional norte-americana. De acordo com o comunicado das empresas, será criada uma terceira empresa para a comercialização de jatos comerciais de pequeno e médio porte – segmento este que a Embraer é líder mundial. A multinacional norte-americana deterá 80% do capital, enquanto os 20% restantes serão da brasileira. Apesar de manter os 20% de ações, a Embraer não deterá qualquer capacidade de intervenção ou de decisão na nova empresa, nem mesmo cargos de diretoria. Para o Sindicato dos Metalúrgicos de S. José dos Campos, "não é um acordo de cooperação, é uma venda". **P. 4**

Incêndio na Refinaria de Mangunhos
Um incêndio de grandes proporções atingiu a Refinaria de Mangunhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, nesta segunda-feira (17), tendo sido controlado no final da tarde. A Refinaria de Mangunhos pertencente ao Grupo Andrade Magro, e esteve envolvida em vários escândalos de sonegação fiscal, incluindo o envolvimento do ex-deputado federal e atual presidiário Eduardo Cunha. **Página 4**



Tomaz Silva - ABR

Mais de 500 denúncias: João de Deus vira o monstro de Abadiânia

Já são mais de 500 denúncias de abuso sexual enquanto fazia supostas curas espirituais contra João de Deus. Até segunda-feira (17), 30 mulheres já foram ouvidas pelo Ministério Público e 15 deporaram à Polícia Civil. Em relato impressionante, a advogada Camila Correia Ribeiro denunciou que foi abusada por João de Deus durante um atendimento, em 2008, em uma sala em que seu pai também estava presente. Ela tinha 16 anos, e seu pai foi orientado pelo "médium" a ficar de costas, de olhos fechados e rezar. Ela foi em Abadiânia na esperança de se curar de uma síndrome do pânico. O pai de Camila disse que ao ouvir a filha chorar, "pensava que ela estava recebendo uma cura. Eu nunca podia imaginar que estava na mão de um bandido". Na época, a família denunciou e processou João de Deus que, no entanto, foi absolvido. **Página 5**



Reprodução - Mônica Bergamo

"Prescrição é uma porta aberta para impunidade", diz ministro Fachin, o relator da Lava Jato

"Apesar de ser um dever constitucional, a ampla defesa e o devido processo legal, a forma como está no Código Penal e no Código de Processo Penal o regime jurídico da prescrição é uma porta aberta à impunidade", defendeu o ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF). **Pág. 3**



STF

Guedes fala em "meter a faca" no Sistema S

O futuro ministro da economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, azedou o almoço com empresários da Federação da Indústria do Rio de Janeiro (Firjan) ao dizer que "tem que meter a faca" no Sistema S, cortando de 30% a 50% das verbas do Senai, Sesi, Sesc, Senac, Sebrae etc. **Pág. 4**

REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Bolsonaro quer aumentar imposto de civis e militares

Paralisada, economia varia 0,02% em outubro, diz IBC-Br

A economia brasileira registrou uma espetacular alta de 0,02% em outubro, em relação ao mês anterior, com ajuste sazonal, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado nesta segunda-feira (17). Ou seja, ZERO.

De janeiro a outubro, houve uma expansão de 1,40% no indicador, sem ajuste sazonal. No acumulado em 12 meses até outubro, aumento de 1,54%, também sem ajuste.

Segundo o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma "prévia do Produto Interno Bruto (PIB)" calculado pelo IBGE, foi criado para refletir "a evolução contemporânea da atividade econômica do país e contribuiu para a elaboração da estratégia de política monetária". Ou seja, para a definição dos juros básicos (Selic) pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

O cálculo do IBC-Br incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, refletindo, assim, a evolução da economia. Há pelo menos quatro anos está no fundo do poço com a implantação no governo Dilma/Temer de políticas que privilegiaram o setor financeiro, em detrimento da produção: juros siderais, redução de investimentos públicos e desnacionalização, além do fiel cumprimento do draconiano acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), assinado ainda na administração tucana, de regime de metas de inflação, superávit primário e juros altos.

Em 2014, o PIB teve ligeira alta de 0,5%, despencando -3,5% em 2015 e -3,6% no ano seguinte. Em 2017, o PIB teve um crescimento de 1,0%, mas com a indústria e serviços ficando em zero por cento.

Para este ano, a última estimativa de analistas do sistema financeiro, publicada no Boletim Focus pelo Banco Central, é de expansão do PIB de 1,3%.

Apesar do cálculo do IBC-Br diferir um pouco do usado para o PIB, os números da produção industrial pesquisados pelo IBGE, por exemplo, têm confirmado o declínio apontado pelo indicador do BC. O IBGE aponta que em outubro a atividade industrial teve uma variação próxima a zero (+0,2%), frente a setembro.

"Mantido o desempenho recente, corre-se o risco de a segunda metade de 2018 ser um semestre perdido para a indústria. Por três meses seguidos, entre julho e setembro, houve contração da produção física e, agora, o IBGE constata uma virtual estagnação no mês de outubro", avaliou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Para o instituto, "devido aos inúmeros efeitos encadeadores que a indústria guarda entre seus próprios setores e com o restante das atividades econômicas, sua perda de dinamismo impõe restrições ao avanço do PIB que não vai muito além de 1%".

"Se outubro foi um mês bastante fraco para a indústria como um todo, chegou a ser ainda pior para a maioria dos seus parques regionais, como bem mostram os dados divulgados hoje [04/12] pelo IBGE. Ainda que a produção no agregado nacional tenha se mantido praticamente estável frente a setembro (+0,2%), voltou a ficar no vermelho em 60% das localidades pesquisadas", acrescentou o IEDI.

Entre os resultados negativos ficaram Paraná (-2,5%), Rio Grande do Sul (-2,1%) e o Nordeste (-1,9%).

São Paulo, o maior e mais diversificado parque fabril do país, registrou 0%. "Este desempenho, entretanto, não ilustra com justiça o que a indústria paulista tem passado nos últimos meses. O quadro é pior do que parece", frisou o IEDI.

Governo de Bolsonaro quer cobrar mais impostos de civis e militares



Objetivo do governo é elevar contribuição de servidores para a Previdência



Medida Provisória libera até 100% a presença de capital estrangeiro

Bolsonaro e Temer liberam domínio estrangeiro das companhias aéreas

Após um acordo entre o atual governo e o governo de transição de Jair Bolsonaro, o presidente Temer assinou, na quinta-feira, 13, uma Medida Provisória liberando até 100% a presença de capital estrangeiro nas companhias aéreas.

Com isso, a MP altera o Código Brasileiro de Aviação que determina um limite máximo de até 20% de capital estrangeiro, ampliando a desnacionalização das empresas aéreas brasileiras.

Segundo reportagem da Folha, o atual chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, consultou Guedes por telefone. Após consulta a Bolsonaro, o futuro ministro da economia autorizou a medida: "Vamos em frente", disse.

Essa não foi a primeira tentativa do governo de elevar a presença do capital estrangeiro no setor. Em 2016, o governo editou uma MP elevando de 20% para 49%, chegando até os 100% durante a tramitação no Congresso Nacional,

mas a medida não foi adiante.

Agora, Temer e Bolsonaro desenterraram a proposta que coloca em risco a soberania nacional, uma vez que decolar e aterrissar nos aeroportos brasileiros, fazendo voos domésticos no território nacional, estará facultado para qualquer viação aérea estrangeira que aqui estabeleça uma filial.

Outro ponto que a medida favorece é a monopolização, que além de piorar os serviços, encarece os preços para o consumidor, o que já acontece atualmente. Isso porque grupos estrangeiros burlam a atual legislação e já controlam boa parte do setor. Com isso, a MP consolidaria o processo já em curso de desnacionalização das empresas.

Um exemplo, a Gol, empresa com maior participação brasileira no total de seu capital, mas mais de um terço da companhia está na mão de terceiros, entre eles a Delta, da Air France KLM, além de outros fundos de investimento. Outro caso é o da Latam,

que praticamente se tornou subsidiária de uma multinacional sediada no Chile.

Para Ondino Dutra, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, a abertura de 100% do capital a estrangeiros é preocupante. "De que maneira, uma empresa aérea com 100% de capital estrangeiro irá atuar na política interna daquele país? Essa questão ainda não foi respondida. Nenhum país com uma aviação de grande porte adotou essa medida".

"Nos Estados Unidos há 25% de participação do capital estrangeiro, na Comunidade Europeia 49% de capital estrangeiro, desde que o país tenha uma reciprocidade na mesma magnitude. Já na Ásia [as aéreas] são 100% de capital nacional. Assim como no Oriente Médio. O Brasil vai ser o primeiro país do mundo com uma grande viação doméstica, uma das maiores do mundo, que vai fazer essa abertura total para o capital estrangeiro", alertou.

Governo de transição debate aumento da tributação de alguns setores e da alíquota de servidores e militares à Previdência

O Ministério da Fazenda encaminhou, na terça-feira (11), o relatório "Panorama Fiscal Brasileiro" à equipe de transição do novo governo. Com a pretensão de apresentar um mapeamento da situação fiscal brasileira, o documento, na verdade, se resume a apontar a reforma da Previdência, o aumento de impostos e a redução e/ou limitação de direitos para o país tomar um suposto caminho de crescimento, caso contrário o mundo vai acabar.

Entre as propostas, a Fazenda defende o aumento da tributação de alguns setores para elevar a arrecadação para R\$ 250 bilhões em 2022, para equacionar o "ajuste fiscal". Leia-se, mais recursos para os bancos e demais parasitas da economia nacional.

Para o Regime Próprio do Servidor Público (RPPS), dos servidores, a proposta é de aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%. "A medida refere-se à revisão da alíquota de contribuição dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações".

A proposta prevê a elevação da contribuição do servidor e pensionista militar de 7,5% para 11%.

Tudo isso diante de "cenário doméstico que exige uma recuperação da atividade econômica, inflação sob controle e ajuste fiscal gradual em curso". Parece até céu de brigadeiro... E não é. De acordo com o próprio relatório, "se, por um lado, não há dúvidas da recuperação em curso, por outro, ela tem se mostrado mais lenta e gradual do que anteriormente previsto. No início do ano, por exemplo, as expectativas de mercado apontavam para crescimento em torno de 3,0% em 2018. A expectativa

atual é de crescimento de 1,35%, segundo o Relatório do Mercado Focus".

Para a reforma da Previdência, o Ministério da Fazenda defende a versão aglutinativa do final de 2017, que tem como um dos principais pontos a instituição de idade mínima para a aposentadoria.

Além disso, propõe também o aumento da idade mínima até para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que, conforme o INSS, "é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família".

A seguir uma síntese das posturas ao governo Bolsonaro, que, ao contrário do que apregoa o "Panorama Fiscal Brasileiro", significam um maior estrangulamento da já combalida economia nacional.

- Correção do salário mínimo apenas pelo indicador de inflação (INPC), ou seja, congelamento;

- Concessão de reajuste zero para os servidores públicos;

- Concursos apenas para reposição de vacâncias;

- Desvinculação do valor do piso previdenciário e do reajuste do piso de assistência social do salário mínimo;

- Redução do grupo elegível ao abono salarial para 1 salário mínimo, ao invés dos atuais 2 salários mínimos;

- Cobrança de mensalidade nas universidades públicas;

- Estabelecimento de um teto para a dedução das despesas médicas no Imposto de Renda;

- Redução de produtos elegíveis que são desonerados na Cesta Básica.

VALDO ALBUQUERQUE

IBGE: comércio varejista recua -0,4% em outubro

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados nesta quinta-feira (13), as vendas do comércio varejistas tiveram uma queda de -0,4% em outubro, na comparação com setembro. É a segunda queda mensal consecutiva e o pior resultado para outubro desde 2013.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o setor registrou alta de 1,9%. No acumulado do ano, o resultado foi positivo em 2,2%. Em 12 meses também houve avanço, de 2,7% encerrado em outubro, mas desacelerou frente ao crescimento de 2,8% no período encerrado em setembro.

Os resultados apontam para um fim de ano com a economia seguindo ladeira abaixo, se contrapondo às "expectativas" para o setor. Expectativas essas ainda medíocres: 0,1% na comparação mensal e 3,2% sobre um ano antes, segundo pesquisa da Reuters.

O ritmo da venda no varejo segue o desempenho dos demais setores da economia. O exemplo maior está na produção industrial, setor que reflete o conjunto da economia do país, que teve uma variação de 0,2% em outubro, após três quedas consecutivas. E o

PIB registrou um crescimento pífio de 0,8% no 3º trimestre.

Com o desemprego ainda elevado e o crescimento recorde do trabalho informal, o que cresce é o endividamento das famílias e empresas, ao mesmo tempo em que o salário segue no sentido oposto. Já soluções apresentadas até o momento pelo governo de Bolsonaro só lavariam à manutenção, ou piora, desse quadro. Informalidade, supressão de direitos trabalhistas e salário mínimo ainda mais arrojado.

De acordo com o IBGE, a queda nas vendas de combustíveis e lubrificantes foi o que mais contribuiu para resultado total do varejo em outubro. Nos últimos 12 meses, o resultado para o segmento foi de -5,6%, e no acumulado do ano, a queda foi de -5,1%.

"Os combustíveis vêm sendo impactados pelo aumento sistemático de preços, podemos ver isso porque há aumento nas receitas", comentou Nunes.

Entre os segmentos, as maiores quedas, na comparação com setembro, foram registradas nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria (-7,4%), móveis e eletrodomésticos (-2,5%) e tecidos, vestuário e calçados (-2%).

Colnago propõe fim da estabilidade de servidor

Após o Ministério da Fazenda encaminhar documento a Bolsonaro propondo aumento de imposto para civis e militares, agora chegou a vez do Ministério do Planejamento recomendar a flexibilização da estabilidade do servidor público. Isso é que é transição!

Atualmente, a pasta do Planejamento é chefiada por Esteves Colnago, que já arranhou uma boquinha no próximo governo e foi confirmado por Paulo Guedes como secretário-geral adjunto da Fazenda do Ministério da Economia.

"Estabilidade não é uma cláusula pétrea. Permite caminhar para algum tipo de flexibilização e regulamentar em lei. Po-



deria regulamentar isso de forma mais clara em uma lei, como meço [o desempenho do servidor]. Temos a ideia, que sempre existiu. A gente precisa sair do plano de ideias e ir para o plano de ação", afirmou.

Colnago informou à equipe de transição que o Ministério do Planejamento já estuda mudanças na lei 7.133, sobre gestão de avaliação de desempenho individual e o pagamento das gratificações de desempenho.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@yaho.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/FPassagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Wagner Santana/Dol

Deputada estadual do PCdoB (RS) Manuela: 'Bolsonaro é alguém que faz a política mais velha do Brasil'

A deputada estadual Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) afirmou que as movimentações financeiras suspeitas do ex-motorista, Fabrício Queiroz, do senador eleito Flávio Bolsonaro, mostram que Bolsonaro é "alguém que faz a política mais velha do Brasil".

Queiroz até agora não apareceu para dar esclarecimentos, como prometeram Jair Bolsonaro e seu filho.

O relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontou movimentações "atípicas" do motorista de Flávio Bolsonaro, com R\$ 1,2 milhão em um ano.

Tanto Jair, enquanto deputado federal, quanto seu filho Flávio, no cargo de deputado estadual no Rio de Janeiro, mantinham "assessores fantasmas" em seus gabinetes. Queiroz recolhia o salário de nove funcionários, o que configura crime de peculato. Fabrício recolhia cerca de 99% dos salários dos servidores do gabinete de Flávio Bolsonaro.

"Esse caso concreto apenas evidencia algo que nós já dizíamos: Bolsonaro não é um 'outsider', ele é o mais 'insider', alguém que faz a política mais velha do Brasil", disse a deputada em entrevista à RFI (Rádio França Internacional), na Itália, reproduzida pelo site Vermelho.

Manuela está na Europa a convite do grupo parlamentar de esquerda do Parlamento Europeu. De Estrasburgo, na França, dirigiu-se à Itália para compromissos em Nápoles e Roma.

"Com 26 anos de mandato, 26 anos de absolutamente nenhuma produção, 26 anos elegendo os filhos políticos. Ou seja, essa é a pior tradição da política brasileira, que vem desde as Capitanias Hereditárias, mas que se perpetua com as criações dos clãs, quer dizer, não ideias, mas famílias, gerações tomando conta do Estado brasileiro. A política velha", afirmou Manuela.

Segundo a deputada, os trabalhadores brasileiros terão dois desafios principais no futuro governo. "Bolsonaro anuncia de um lado um governo ultraliberal com Guedes, e de outro lado um governo ultra-autoritário e de perseguição contra a esquerda", disse.

A deputada diz que é preciso "resistir a um conjunto de reformas que serão propostas por Bolsonaro, ultraconservadoras, como a reforma da Previdência, e que tendem a contar com o apoio da elite financeira do país de maneira muito intensa porque essa é uma agenda que interessa ao sistema bancário". "Nós estaremos diante de um governo que buscará tirar ainda mais direitos dos mais pobres", advertiu.

"Por outro lado, temos que garantir uma unidade política mais ampla em defesa da democracia. E preciso estarmos unidos enquanto campo para resistirmos a um projeto, resistirmos no Congresso e mobilizando a população", frisou.

Para Manuela, houve uma regressão na política brasileira com a eleição de Bolsonaro. "Sabemos que o crescimento da extrema direita é um processo global, porque a crise do capitalismo é muito grande e o capitalismo no nosso tempo, ao que tudo indica, não tem mais compromisso com saídas democráticas para o mundo. Nós achávamos no Brasil que tínhamos diferença com os outros [países], mas todos concordávamos que não voltaríamos atrás [da Constituição] de 1988 e, ao que tudo indica, estamos voltando para trás de 1988", declarou.

Bolsonaro e filho se calam e não dizem onde está Queiroz



Tânia Rego/ABR

O filho - à esquerda - e Bolsonaro no evento em Duque de Caxias Eduardo Bolsonaro elogia Pinochet e quer copiar Previdência que leva idosos ao suicídio no Chile

Em viagem ao Chile, no último fim de semana, Eduardo Bolsonaro fez elogios rasgados ao ditador Augusto Pinochet. Encontrou-se com José Antonio Kast, discípulo do ditador, e enalteceu os integrantes da Escola de Chicago que quebraram a economia e a Previdência Social chilena. Hoje os aposentados chilenos recebem de 30 a 40% do salário mínimo e não conseguem sobreviver. "Chegou a vez de o Brasil ter os seus 'Chicago boys' comandando a economia", disse ele, em seu twitter.

"O Brasil é tão abençoado que por vezes nem precisa desenvolver ou criar uma nova política, com risco de falhar, basta copiar as que já dão certo no exterior", escreveu no twitter, ao se referir à privatização da previdência chilena. "Pensamos que o Brasil pode ser o próximo Chile, se conseguirmos aprovar a reforma previdenciária. Os detalhes desta reforma serão apresentados provavelmente

no começo do ano que vem", afirmou.

Ele fez elogios às nulidades da escola de Chicago, economistas que eram badalados e muito bem pagos para defender o fim dos controles sobre os monopólios financeiros. A "desregulamentação financeira" advogada por Milton Friedman e os demais "acadêmicos de aluguel", além de quebrar a Previdência Social e impedir o desenvolvimento autônomo do Chile, acabou provocando no mundo o maior desastre econômico da história, em 2008, abalou equiparado à depressão mundial de 1929.

Com a política de Pinochet e seus Chicago boys, o Chile foi obrigado a manter-se como um simples exportador de commodities minerais e agrícolas, vivendo aos sabor das variações dos preços internacionais de seus produtos. Além da Previdência e do projeto de industrialização chilena, eles desmantelaram os serviços públicos daquele país.

Isso somente pôde acontecer depois do bombardeio do Palácio do governo, da destruição dos sindicatos, do assassinato de mais de 3 mil chilenos e da prisão e tortura de outros 30 mil oponentes do regime. Tudo isso feito com apoio de Kissinger, da CIA e do Departamento de Estado americano.

Eduardo Bolsonaro minimizou este banho de sangue e ressaltou que os chilenos têm que ver "as coisas boas de Pinochet". Ele disse que foi ver de perto essas coisas boas, entre elas a privatização da Previdência. "No Chile hoje vocês veem os frutos de sua reforma nas pensões, na economia, que têm muito a ver com as reformas que ele [Pinochet] fez na década de 1980", afirmou. "Então, o que fez de mau, sejam torturas, mortes, pode-se falar, mas há também muitas coisas boas", argumentou.

Continue a ler em www.horadopovo.org.br

S. C.

Fachin: 'prescrição é uma porta aberta à impunidade'

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu regras mais rígidas para evitar o esgotamento de prazo de processos [prescrição] e dar rapidez na tramitação de ações na Corte.

"Apesar de ser um dever constitucional, a ampla defesa e o devido processo legal, a forma como está no Código Penal e no Código de Processo Penal

o regime jurídico da prescrição é uma porta aberta à impunidade", ressaltou.

Uma das suas propostas é permitir que o relator de um caso aceite ou não o recebimento de denúncia sem a votação em uma das duas Turmas como ocorre hoje. Fachin observa que esse pode ser um caminho para rebater críticas de que o STF demora para julgar processos criminais, especialmente os da Lava Jato.

"Esse é um debate de alteração legislativa, porque a legislação federal prevê esse recebimento do colegiado. Mas qualquer juiz federal no Brasil, em qualquer comarca pode, monocraticamente, receber uma denúncia. Ministro do Supremo não pode", disse.

O ministro defende, porém, que algumas autoridades - como o presidente da República - continuam tendo julgamento colegiado.

Justiça torna Lula réu por lavagem de dinheiro

A juíza Michele Camini Mickelberg, da 2ª Vara Federal de São Paulo, aceitou na sexta-feira (14) a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra Luiz Inácio Lula da Silva por lavagem de dinheiro ao receber R\$ 1 milhão do grupo ARG através do Instituto Lula.

Para a juíza, há "indícios suficientes de materialidade e de autoria delitiva" das acusações, "podendo-se concluir pela existência de justa causa para o início de ação penal". "Ademais,

a peça inaugural expõe satisfatoriamente a conduta tida, em tese, como criminosa, com todas as suas circunstâncias e descreve a participação dos denunciados no crime a eles atribuído", afirma a magistrada.

O dinheiro foi repassado ao Instituto, disfarçado de doação, após Lula interferir junto ao presidente da Guiné Equatorial para que a ARG recebesse um contrato de concessão para exploração de óleo e gás naquele país africano.

"Redução da maioria penal não é solução", diz governador eleito do DF

O governador eleito do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), criticou as propostas de redução da maioria penal em tramitação no Congresso. "Não vejo a redução da maioria penal como solução. É muito mais efetivo fazer investimentos diretos para se ter tecnologia e ações concretas na segurança". Isso porque "os presos, um dia, vão voltar para a sociedade. No Brasil, não existe pena de morte. Precisamos integrar essas pessoas", disse Ibaneis.

O governador eleito anunciou medidas para

aumentar o número de policiais civis ativos e a equiparação salarial entre eles e a Polícia Militar.

Durante encontro com os demais governadores eleitos, na quarta-feira (12), o emedebista propôs uma gratificação de 30% para que os policiais civis inativos voltem à ativa. Trata-se de uma medida emergencial. "É a maneira mais barata. Temos vários policiais jovens, com 45 anos, na inativa, que querem voltar ao trabalho e têm experiência para ajudar".

Desde 2016 a Polícia Civil do DF pede equipa-

ção de salários em relação à Polícia Militar, que recebeu 37% de aumento parcelado em três anos. Ibaneis anunciou que até abril o reajuste sobre o vencimento total das corporações será concedido. "O levantamento já está sendo feito. A meta é implementar isso a partir de março ou abril, já o primeiro reajuste", disse o futuro governador.

Ibaneis, que saiu de 2% das intenções de voto no início da campanha eleitoral para ser eleito com 69,8% dos votos, sempre expôs sua preocupação com a segurança pública do DF.

Em evento na segunda-feira (17), os dois saíram do local sem dar uma palavra sobre o assunto das movimentações financeiras suspeitas do assessor de Flávio Bolsonaro

Jair Bolsonaro e seu filho Flávio recusaram-se a falar em evento em Duque de Caxias (RJ), na segunda-feira (17), sobre o escândalo envolvendo Fabrício Queiroz, um apanhado de Bolsonaro-pai há mais de 30 anos - e motorista de seu filho na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) detectou movimentações financeiras de R\$ 1,2 milhão, na conta de Queiroz, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, sem que o titular da conta tivesse renda que explicasse tal movimento.

No evento da segunda-feira, após os pronunciamentos dos dois políticos, repórteres e cinegrafistas foram levados a uma sala onde Jair Bolsonaro daria uma entrevista e falaria sobre o assunto.

Mas Bolsonaro e seu filho saíram fortuitamente por uma outra porta - e deixaram o local sem falar com a imprensa.

As perguntas são: de onde veio o dinheiro movimentado pelo motorista de Flávio Bolsonaro? Por que Queiroz, o motorista, desapareceu?

A filha de Fabrício Queiroz, Nathalia Queiroz, foi nomeada em 2016 por Jair Bolsonaro para ocupar o cargo de Secretária Parlamentar em seu gabinete, na Câmara dos Deputados, com um salário bruto de R\$ 10.088,42.

Nathalia não trabalhou nesta função e nem se mudou para Brasília. Permaneceu no Rio de Janeiro, exercendo sua profissão de *personal trainer*. Segundo dados oficiais da Câmara Federal, ela recebeu R\$ 250 mil entre salários e auxílios, em quase dois anos em que esteve lotada no gabinete do presidente eleito. Seus clientes, no Rio, nunca suspeitaram que ela tinha um cargo na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Entre as movimentações suspeitas de Fabrício Queiroz, o relatório do Coaf - que, por conta da Operação Fuma da Onça, investiga movimentações ilícitas de funcionários da Alerj - apontou depósitos suspeitos de R\$ 97.641,20, feitos por Nathalia Queiroz.

Outros oito funcionários também faziam, segundo o Coaf, depósitos regulares na conta de Fabrício Queiroz.

Um desses funcionários, Wellington Servulo Romano da Silva, nem mesmo morava no Brasil. Ele residia, e continua a residir, em Portugal, mas recebia salários da Alerj e depositava parte do que ganhava na conta de Queiroz.

O relatório do Coaf mostra que Nathalia Queiroz repassou para a conta do pai, dependendo do mês, entre 72,23% e 99% do que recebeu da Alerj.

A esposa de Fabrício Queiroz, Márcia Oliveira de Aguiar, também contratada por Flávio Bolsonaro pela Alerj, repassou entre 31% a 46% - dependendo do mês - para a conta do marido. Outra funcionária, Luiza Souza Paes, transferiu entre 24,8% a 33,5% do seu salário para a conta de Queiroz.

Além disso, 57% dos depósitos feitos na conta de Fabrício Queiroz ocorreram no dia do pagamento dos sala-

rios na Alerj - ou até três dias úteis depois (cf. Wilson Tosta, Constança Rezende e Fabio Serapião, Funcionários de Flávio Bolsonaro repassaram até 99% dos salários, OESP 15/12/2018).

Jair Bolsonaro reagiu com irritação quando foi questionado sobre a dupla militância de sua funcionária *personal trainer*: "Ah, pelo amor de Deus! Pergunta para o chefe de gabinete. Eu tenho 15 funcionários comigo".

Até agora, ninguém conseguiu falar com o chefe de gabinete de Bolsonaro, nem com Fabrício Queiroz, nem com Nathalia Queiroz - que até do Instagram desapareceu. Nathalia, rapidamente, apagou sua página no Instagram, que era seguida por 15 mil pessoas, e trocou o número de telefone.

Flávio Bolsonaro vem se esquivando como pode. Divulgou nota, dizendo que não há "qualquer ilegalidade ou irregularidade" na atuação de Nathalia Queiroz em seu gabinete. "Ela foi nomeada durante o período de 12 de agosto de 2011 a 13 de dezembro de 2016. A descentralização de gabinetes e funcionários sempre foi permitida mediante a aplicação subsidiária de ato da Câmara dos Deputados e, posteriormente, por Ato da Mesa Diretora da própria Alerj", diz a nota, como se alguém quisesse saber disso.

Flávio Bolsonaro vem se esquivando como pode. Divulgou nota, dizendo que não há "qualquer ilegalidade ou irregularidade" na atuação de Nathalia Queiroz em seu gabinete. "Ela foi nomeada durante o período de 12 de agosto de 2011 a 13 de dezembro de 2016. A descentralização de gabinetes e funcionários sempre foi permitida mediante a aplicação subsidiária de ato da Câmara dos Deputados e, posteriormente, por Ato da Mesa Diretora da própria Alerj", diz a nota, como se alguém quisesse saber disso.

Sobre o funcionário que não morava no Brasil, e recebia salário de seu gabinete, o deputado disse que não sabia que seu funcionário morava em Portugal. Afinal, Madureira ou Portugal, que diferença faz onde o sujeito mora? Apenas o Oceano Atlântico pelo meio...

Nove funcionários depositaram na conta de Fabrício Queiroz: Márcia Oliveira Aguiar, Nathalia Melo de Queiroz, Evelyn Melo de Queiroz, Agostinho Moraes da Silva, Jorge Luís de Souza, Luiza Souza Paes, Raimunda Veras Magalhães, Wellington Rômulo da Silva e Márcia Cristina Nascimento dos Santos.

Antes de ser nomeada para o gabinete de Jair Bolsonaro em Brasília, Nat Queiroz, como é conhecida entre os *personal trainers* cariocas, sempre teve um cargo na Alerj, desde os 18 anos de idade, nomeada por Flávio Bolsonaro.

Confiscar salários de funcionários em proveito próprio é um dos esquemas mais comuns de roubo de dinheiro público entre deputados tão medíocres quanto sem escrúpulos.

Exatamente esse o caso de Geddel Vieira Lima (v. PGR denuncia Geddel, Lúcio e a mãe por se apropriarem dos salários de assessores).

Esse, também, o caso de Agripino Maia, que acaba de ser denunciado pela Procuradoria Geral da República, por "nomear e manter durante sete anos um funcionário fantasma ligado ao seu gabinete", método que fez com que "desviasse da União quase R\$ 600 mil" (v. a íntegra da denúncia da PGR).

Como no caso de Flávio Bolsonaro, o dinheiro era depositado na conta de um preposto de Agripino.

SÉRGIO CRUZ

Randolfe critica aumento da tarifa de energia e anuncia projeto isentando consumo de até 70 kw

O senador Randolfe Rodrigues (Rede) anunciou, na quinta-feira (13), a apresentação de um projeto de lei (PLS 469/2018) estabelecendo que pessoas com consumo inferior a 70 quilowatts por mês, incluídas em programas sociais, sejam isentas do pagamento da tarifa de energia elétrica.

"Isso é o mínimo que poderia ser feito para minimizar, pelo menos para os mais pobres, a sobrecarga do que significa esse absurdo do pagamento de uma tarifa que leva famílias de trabalhadores a consumirem quase 70% dos seus rendimentos com o pagamento de uma que hoje é das mais altas tarifas de energia

elétrica", disse.

O senador criticou o recente aumento de 5% feito pela Companhia de Eletricidade do Amapá nas contas de luz, que ele classificou de absurdo na medida em que, segundo dados recentes do IBGE, 20% da população do Amapá está desempregada.

"É mais de um terço da população economicamente ativa do meu estado sofrendo com o desemprego, o que coloca o Amapá na esteira de uma situação de caos social. Isso (o reajuste na tarifa) é um absurdo para um Estado em que 48% da população vive na pobreza", afirmou.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

OAS pagou R\$ 200 milhões de propina por ano, revelam ex-executivos da empreiteira

Oito ex-executivos da empreiteira OAS assinaram acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal e revelaram que o grupo pagou cerca de R\$ 200 milhões em propina todo ano até se tornar alvo da Operação Lava Jato em 2014.

Os colaboradores, que trabalhavam numa área denominada Controladoria - que, na verdade, funcionava como departamento responsável pela distribuição de dinheiro ilegal da empresa - relataram também que o departamento de propina contava com uma rede de doleiros para remessas ilegais ao exterior.

As informações serviram de base para a Operação Sem Fundo, 56ª fase da Operação Lava Jato, que investigou desvio de verbas nas obras da Torre Pituba, sede da Petrobrás na Bahia.

Em 23 de novembro passado, juíza Gabriela Hardt, substituída de Sérgio Moro na Lava Jato, determinou a prisão de 22 pessoas, entre elas o herdeiro da OAS, César Mata Pires Filho, executivos da empreiteira, diretores do Petros e pessoas ligadas ao PT.

As obras da Torre

Pituba, tocadas pelas empreiteiras OAS e Odebrecht, foram pagas pelo Petros (fundo de pensão dos funcionários da estatal). A Petrobrás se comprometeu a alugar o edifício por 30 anos. Conforme a Polícia Federal, houve superfaturamento nos contratos de gerenciamento da construção, de elaboração de projetos de arquitetura e de engenharia.

Os policiais vinham investigando o caso com base em depoimentos de ex-funcionários da Odebrecht. Os depoimentos de delatores da OAS fortaleceram os indícios. As investigações apontam que a construção da Torre Pituba gerou mais de R\$ 68 milhões em propina.

Os delatores da Controladoria foram detalhistas ao relatar um esquema de doleiros para pagar suborno no exterior. Entre eles, estavam Jorge Davies, que foi alvo da Operação Câmbio, Desligo, feita no Rio de Janeiro e que mirou o mercado clandestino de dólar, e Alberto Youssef. Os ex-executivos também descreveram encontros em hotel para a entrega de dinheiro vivo a políticos e agentes públicos

Venda da Embraer para Boeing: entrega ilegal do nosso patrimônio

“Ao contrário do que está descrito no acordo, não se trata de *joint-venture*, mas de aquisição”, condena a nota do Sindicato dos Metalúrgicos

“Não é um acordo de cooperação, é uma venda”, denunciou o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região sobre a compra da Embraer pela multinacional norte-americana Boeing. Os termos do acordo foram confirmados nesta segunda-feira (17).

Para o sindicato a venda da Embraer para a Boeing fere a lei e representa uma entrega criminosa da soberania nacional.

De acordo com o comunicado das empresas, será criada uma *joint-venture* (uma terceira empresa) para a comercialização de jatos comerciais de pequeno e médio porte – segmento este que a Embraer é líder mundial atualmente.

Nesta nova empresa, a multinacional norte-americana deterá 80% do capital, enquanto os 20% restantes serão da brasileira. Pela participação acionária, a Boeing repassará US\$ 4,2 bilhões à Embraer.

Apesar de manter os 20% de ações, a Embraer não terá qualquer capacidade de intervenção ou de decisão na nova empresa. E mais, não possuirá nem mesmo diretores dessa *joint venture*.

As tratativas do contrato deixam claro que não há qualquer possibilidade deste se tratar de um “acordo de cooperação”, mas sim da venda da área de aviação comercial da Embraer, o principal setor da empresa e, por sua vez, o mais lucrativo. Em 2017, a área de aviação comercial da Embraer respondia por 57,6% da receita líquida da companhia, com US\$ 10,7 bilhões de um total de US\$ 18,7 bilhões, valor portanto, muito inferior ao que será pago pela Boeing para adquirir o setor.

“Todos os termos evidenciam que a operação fere a Lei da Sociedade Anônima (6404/76), a chamada Lei das S/A. Ainda, ao contrário do que está descrito no acordo, não se trata de *joint-venture*,

mas de aquisição”.

“Se ficarmos apenas nos termos jurídicos, a operação não poderia acontecer porque uma empresa de capital aberto (Embraer) não pode se juntar a uma de capital fechado (a Boeing, no Brasil). Mais do que isso: uma *joint-venture* presume que as duas empresas envolvidas tenham uma parceria comercial e industrial. Não é isto que vai acontecer. A Boeing terá 80% do capital social e 100% do controle operacional e de gestão da nova empresa. A Embraer não terá nem mesmo direito a voto no Conselho de Administração, exceto em alguns temas. Trata-se, portanto, de venda.”, destaca nota dos sindicatos de metalúrgicos de São José dos Campos, Araquara e Botucatu.

VENDA TOTAL

Os termos divulgados pelas empresas demonstram ainda mais o objetivo da Boeing de, assumir o controle total da Embraer.

De acordo com o contrato, a diretoria da Embraer, poderá a qualquer momento se desfazer dos 20% restantes da participação da *joint venture*. Desde que esta participação seja vendida exclusivamente para a Boeing.

“Mas é preciso ir além. A Embraer é uma empresa construída por trabalhadores brasileiros e com recursos públicos. Perdê-la seria perder a soberania nacional, seria entregar décadas de conhecimentos em tecnologia de ponta desenvolvida pela terceira maior fabricante de aeronaves do mundo”, ressalta a nota dos sindicatos.

“Está nas mãos do governo federal aprovar ou não a concretização deste crime de lesa-pátria. Em nome dos trabalhadores da Embraer, os sindicatos lutarão para que a venda seja vetada pelo atual ou pelo futuro governo”, afirmam os sindicatos em nota.

Incêndio atinge a Refinaria de Mangunhos, no Rio de Janeiro

Um incêndio de grandes proporções atingiu a Refinaria de Mangunhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, nesta segunda-feira (17). De acordo com os bombeiros, o incêndio teve início durante a tarde, quando um dos caminhões-tanque que estavam estacionados no pátio da refinaria pegou fogo, que atingiu outros oito veículos.

Os bombeiros divulgaram às 15h20min que as chamas foram controladas e que apenas uma pessoa precisou de atendimento por ter inalado fumaça. O controle das chamas demandou uma grande operação com o trabalho de dez quartéis dos bombeiros do Rio.

O incêndio assustou moradores e causou interdição no trânsito da região. Muitos moradores da Favela do Arará, que fica próxima à Refinaria de Mangunhos ficaram assustados com a aproximação das chamas à comunidade. “Muita gente saindo do Arará, geral com medo de pegar fogo também na favela. Fumaça está vindo para cá”, narra um cinegrafista, que gravou e divulgou nas redes sociais as imagens de vários moradores nas ruas, a maioria destes com crianças de colo.

Um trecho da Avenida Brasil, no sentido Centro do Rio, foi fechado assim que o incêndio começou. A Linha Amarela também teve interdições. O trânsito apresenta retenções em Parada de Lucas, Mangunhos e Caju.

Imagens do incêndio foram registradas de diversos pontos da cidade, como Cidade Nova, Lapa, Tijuca e até de Niterói.

MAGRO

Em nota, a Refit, que administra a refinaria, comunicou que o incêndio atingiu a sua área de descarga e recebimento de matéria-prima e que vai apurar as causas do incêndio.

A Refit pertence ao grupo empresarial do advogado Ricardo Magro, que enfrenta dezenas de processos por fraudes de im-

postos, além de investigações no Ministério Público.

Ricardo Magro, amigo e ex-advogado do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), preso em Curitiba, tem freqüentado já há algum tempo as páginas policiais dos jornais, por envolvimento em denúncias de evasão fiscal à frente da refinaria. Em 2016, Magro chegou a ser preso, após ter sido considerado foragido e ter tido o nome incluído na lista da Interpol.

Magro cumpre prisão domiciliar por causa da Operação Recomeço - mais um desdobramento da operação Lava Jato - que apurou desvios milionários de recursos obtidos dos fundos de pensão Postalís (Correios) e Petros (Petrobrás) com a venda de títulos emitidos pelo Grupo Galileo.

EM outra operação Pausare, Ricardo Magro aparece como sócio do Grupo Canabrava, fundado por Ludovico Giannattasio, que embolsou R\$ 190 milhões do Postalís, segundo informações do MPF.

Em maio deste ano, o Ministério Público do Rio de Janeiro denunciou oito ex-dirigentes da Refinaria de Mangunhos por fraudes tributárias que teriam gerado prejuízos de R\$ 35 milhões aos cofres públicos. De acordo com a procuradoria, as fraudes teriam ocorrido entre 2000 e 2001, quando a refinaria tinha entre seus sócios a petroleira hispano-argentina Repsol YPF.

O Grupo de Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos Contra a Ordem Tributária (GAESF) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em abril deste ano, também denunciou o presidente do conselho de administração e quatro diretores da Refit por crime contra a ordem tributária. Segundo a acusação, em novembro de 2008 a Refinaria de Mangunhos “usou intencionalmente de manobra fiscal para sonegar R\$ 23,4 milhões”.

ANTONIO ROSA



Perder a Embraer seria perder a soberania nacional, alertou o sindicato

Guedes vai para a sede da Firjan e defende “meter a faca” no Sistema S

O ministro da Economia e guru de Bolsonaro, Paulo Guedes, defendeu, durante almoço na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) que a política de cortes de gastos deve chegar ao Sistema S. Segundo ele, as entidades da Indústria devem se adequar ao arrocho que será realizado pelo seu governo.

Segundo Guedes, o plano é “meter a faca” na verba destinada às entidades das categorias profissionais, conhecidas como Sistema S. Os cortes podem variar entre 30% e 50% do orçamento atual.

“Tem que meter a faca no Sistema S. Vocês acham que a CUT [Central Única dos Trabalhadores] perde sindicatos, e aqui continua tudo igual,

com almoço bom?”, disse o ministro de Bolsonaro, em seu discurso.

Alguns dos presentes riram da declaração, mas a maioria presente no auditório da Firjan permaneceu séria.

Ao final do pronunciamento de Guedes, o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, pediu a palavra e comentou a fala diante do futuro ministro.

“Já existe um grupo de trabalho nessa casa para submeter ao seu governo, em breve. O senhor disse, por diversas vezes, que não quer destruir o que funciona. Temos 4.000 funcionários na Firjan e precisamos descobrir uma forma de ser contemporâneos e levar o trabalho adiante”, afirmou.



30% dos inscritos no Mais Médicos não se apresentaram nos municípios

O Ministério da Saúde prorrogou, para a próxima terça-feira (18), o prazo para os médicos que se inscreveram para o programa “Mais Médicos” se apresentarem nos locais de trabalho que foram selecionados. Segundo o último balanço divulgado nesta segunda-feira, 30% dos que se inscreveram no edital não se apresentaram aos postos de trabalho.

O prazo para os médicos (com CRM brasileiro) se apresentarem terminava nesta sexta-feira foi estendido até 18 deste mês. Até o momento, 1.418 médicos não compareceram aos locais em que vão trabalhar de um total 8.411 profissionais que tiveram a inscrição aprovada na primeira fase.

Também foram prorrogadas as inscrições de brasileiros e estrangeiros formados no exterior (sem registro no Brasil) para participação no “Mais Médicos”. Os candidatos terão até o próximo domingo (16) para enviar documentação pelo site e validar a inscrição.

O novo edital do programa foi lançado após a saída de Cuba do programa, por conta de declarações do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). Bajulador Donald Trump, Bolsonaro, mesmo antes de assumir o cargo, fez exigências absurdas, atacou os médicos cubanos e levou o governo de Cuba à decisão de sair do programa social Mais Médicos.

No final do mês passado, 29, o Conselho Nacional de

Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) denunciou que grande parte dos médicos que aderiram ao novo edital do “Mais Médicos” estavam antes ligados ao programa Saúde da Família e outros serviços do SUS, como hospitais e UPAS.

O Conselho afirmou que a migração dos médicos da Saúde da Família e outros serviços do SUS acontece porque o programa oferece bolsas de R\$ 11,8 mil (valor superior à média do Norte e Nordeste), pagamento de ajuda de custo pelo município que varia entre mil e três mil reais para cada profissional, e carga horária semanal de 32 horas de trabalho e oito horas dedicadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

“Frasas não bastam”, critica Freixo, ao cobrar a resolução da morte de Marielle

O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) contestou as declarações do secretário de Segurança do Rio de Janeiro, general Richard Nunes, na última sexta-feira (14), de que a vereadora Marielle Franco (PSOL) foi morta por interferir em interesses de milicianos sobre loteamento de terras em regiões periféricas da capital.

Durante entrevista ao jornal “O Estado de S.Paulo”, Nunes falou sobre um plano interceptado pelo setor de inteligência da Secretaria de Segurança, no qual foi identificada uma tratativa para matar

Freixo em um evento que aconteceria sábado (15) e novas descobertas do caso Marielle que associaria o assassinato da vereadora a sua atuação contra a grilagem de terras na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Freixo disse que Nunes precisa apresentar provas sobre a suposta motivação do assassinato, que já completou nove meses e ninguém foi preso.

“Eu não tenho dúvidas de que Marielle provocou desconforto em alguém, mas esta me parece uma frase para ganhar tempo até o final do ano. O secretário não deve dizer o que acha. Precisa mostrar o que leva ele a esse entendimento. Pode ser milícia? Pode. Alguma questão fundiária? Pode. Mas não acredito que apenas esse debate tenha co-



locado a vida dela em risco. A investigação só avança quando provas são apresentadas. Frases não bastam”, acrescentou Freixo ao comentar declarações de Nunes.

De acordo com o parlamentar, que teve Marielle integrada a sua equipe por mais de dez anos, a vereadora não aparentava se sentir ameaçada na véspera, quando se falaram pela última vez. Freixo disse desconhecer uma atuação substancial da vereadora na área fundiária.

“Marielle não era inexpressiva, me viu ser ameaçado por diversas vezes e sabia bem até onde podia ir. O máximo de envolvimento que soube da relação dela com a questão fundiária foi um trabalho realizado pela sua assessoria na região das Varagens, na zona oeste. Nunca soube da presença dela em

reuniões e não me parecia algo que a colocasse em risco”, argumentou Freixo.

Para o deputado, a não elucidação do crime permite que grupos paramilitares se sintam livres para seguir intimidando autoridades e cidadãos comuns.

“A ameaça é à democracia. A morte da Marielle é a morte da democracia. A minha vida ou a da Marielle não são mais importantes do que a de ninguém. Mas as providências têm que ser tomadas em nome das pessoas que sofrem disso diariamente. Se não descobriremos quem matou Marielle, estamos dizendo que um grupo político pode matar quem quiser. Promotores, jornalistas, estão todos sob ameaça, caso mexam com seus trabalhos”, disse o deputado.



Eunice Paiva

Eunice Paiva, que faleceu na quinta-feira (13/12), aos 86 anos, será lembrada por sua grandeza, por sua coragem – e por sua pertinácia, na luta pela justiça.

Alguns, ao falar dela, compararam-na a outra mulher, Zuzu Angel, mãe de Stuart Angel Jones, assassinado sob tortura – assim como o marido de Eunice, Rubens Paiva – pela ditadura em 1971.

A comparação é justa.

No dia 20 de janeiro de 1971, feriado de São Sebastião no Rio de Janeiro, o empresário, e deputado cassado pela ditadura, Rubens Paiva – vice-líder do PTB na Câmara em 1964 –, ao voltar da praia com duas filhas, teve sua residência, no Leblon, tomada pelos órgãos de repressão da ditadura.

Nas palavras de Eunice, em uma das inúmeras cartas em que contou como seis homens armados invadiram a sua casa, sem se identificar, dizendo que queriam conduzir Rubens Paiva “para a Aeronáutica”:

“Os invasores da casa estavam nervosíssimos, como se fossem tomar um aparelho ou uma fortaleza, não sei. Rubens conseguiu acalmá-los, pediu que guardassem as armas para não assustarem as crianças e os empregados e se dispôs, prontamente, a acompanhá-los. Subiu tranquilamente para o nosso quarto, vestiu-se, chamou os policiais (ou militares), apresentou-se a cada um deles, disse-lhes que eram nossos hóspedes e que a casa estava à disposição deles.

“A casa ficou ocupada durante 24 horas, até às 11 horas da manhã do dia 21. Durante todo esse tempo ninguém podia usar o telefone nem sair. Quem entrasse na casa seria detido imediatamente. Foi assim que prenderam três rapazes, amigos da família, que vieram visitar minha filha, um deles com apenas 15 anos de idade.”

Rubens Paiva saiu de casa dirigindo o próprio carro, até a 3ª Zona Aérea, ao lado do Aeroporto Santos Dumont.

A família nunca mais o viu. No dia seguinte, sua esposa, Eunice, e sua filha de 15 anos, Eliane, foram presas e levadas para o DOI-CODI.

Eliane saiu desse centro de torturas logo em seguida.

Eunice Paiva ficou presa durante 12 dias. Quando saiu, enxergou o carro do marido no estacionamento interno. O carro foi-lhe devolvido depois.

Rubens Paiva, eleito pelo PTB de São Paulo, fora o deputado mais atuante na CPI do IBAD, que investigara, em 1963, o despejo de milhões de dólares da CIA para eleger parlamentares e governadores no Brasil, contra o governo constitucional do presidente João Goulart [v. [Figuras e figurinhas em 1964: antes e depois do golpe contra o Brasil \(parte 1\)](#)].

Era engenheiro, empresário – e nacionalista desde a época em que Getúlio fundara a Petrobrás.

Depois de assassiná-lo sob tortura, os algozes desapareceram com o corpo de Rubens Paiva – e divulgaram uma nota, segundo a qual Rubens Paiva fora sequestrado, dois dias após a sua prisão, por um grupo “possivelmente terrorista”, no Alto da Boa Vista, quando era transportado por agentes do DOI-CODI. Segundo essa nota, ele não teria chegado ao DOI-CODI.

“Gordo, cardíaco, diabético, de 41 anos, Rubens teria fugido em meio a intenso tiroteio de armas automáticas entre três militares e ‘seis a oito elementos’. Apesar de suas limitações físicas, Rubens, pelo relato oficial, atravessou duas vezes as pistas de nove metros da Av. Edson Passos, saindo do banco traseiro de um Volkswagen em chamas, varado por 24 tiros” (cf. Fritz Utzeri e Heraldo Dias, Quem Matou Rubens Paiva?, JB 22/10/1978, Caderno Especial).

Eunice Paiva, a partir desse momento, e durante mais de 40 anos, buscou o esclarecimento da morte do marido.

Recorreu – ainda durante a ditadura – ao Superior Tribunal Militar (STM). Levou o caso ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), cujo presidente, Alfredo Buzaid, integralista – e ministro da Justiça do governo Médici –, com um voto de desempate, impediu a abertura de investigação sobre o desaparecimento de Rubens Paiva.

Somente em 2012 foi encontrada uma prova – a ficha de registro – de que Rubens Paiva dera entrada no DOI-CODI, em 1971.

Nessa altura, Eunice tinha se tornado uma combatente na luta dos familiares dos desaparecidos durante a ditadura. Para isso, inclusive, formou-se em Direito, após os 40 anos.

Seu funeral ocorreu na sexta-feira, no Cemitério do Araçá, em São Paulo.

Para ela, vale também a lembrança de Ulisses Guimarães sobre seu marido, ao promulgar a Constituição de 1988:

“O Estado autoritário prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou (palmas).

“A sociedade foi Rubens Paiva, não os facinorosos que o mataram” (Muito bem! Palmas prolongadas).

C.L.

Augusto Heleno defende o infame AI-5

Continuação da página 8

CARLOS LOPES

Tudo isso foi perpetrado, segundo o preâmbulo do AI-5, para que se “assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana”.

Por isso, seus autores e mentores aniquilaram com qualquer resto de democracia e de liberdade existente no país, assim como permitiram qualquer desrespeito à dignidade da pessoa humana.

Daí, a menção de Ulysses Guimarães, ao promulgar a Constituição de 1988, três anos após a derrubada da ditadura:

“Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. (Muito bem! Palmas.)

“Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.” (Muito bem! Palmas prolongadas.)

REPULSA

Mas, Ulysses e a oposição à ditadura não foram os únicos a considerar que o AI-5 era uma aberração.

O general Ernesto Geisel – que usou o AI-5 durante o seu governo, mas acabou por revogá-lo – chamou-o de “excrecência” (cf. Ernesto Geisel, orgs. Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, Rio, ed. FGV, 3ª ed., 1997, p. 422).

O general Golbery do Couto e Silva, a quem não se pode acusar de ojeriza à ditadura, em conversa com o então embaixador norte-americano, John Tuthill, considerou o AI-5 não apenas totalmente dispensável, como o achava obra de quem estava “vendendo fantasmas”, e de um presidente (Costa e Silva) que “prefere distrair-se com filmes e conversas despreocupadas com amigos”; de um ministro da Justiça “maluco” (Gama e Silva); e com um objetivo espúrio: “muita gente tem contas pessoais a ajustar” (cf. telegrama do embaixador John Tuthill ao Departamento de Estado, 03/01/1969, publicado em OESP, 13/12/1998).

O AI-5 não foi baixado para combater supostas “forças da comunização”.

O AI-5 foi baixado porque o repúdio à ditadura era geral no país.

Se a ditadura tivesse apoio popular, não haveria motivo para acabar com a democracia – com os restos de democracia que sobreviveram ao golpe de 1964 – e implantar uma ditadura absoluta (ou que assim se pretendia) **sobre o povo**.

Queixou-se o sr. Augusto Heleno de que, em geral, os “excessos das forças do Estado são invariavelmente maximizados, enquanto as forças que desejavam transformar o Brasil em uma ditadura comunista são romantizadas”.

O que ele chama de “excessos das forças do Estado” são a tortura, os assassinatos – e outros acontecimentos menos trágicos, porém de ordem semelhante, provocados pela ditadura.

Quanto às “forças que desejavam transformar o Brasil em uma ditadura comunista”, são aquelas que resistiram à ditadura – ou seja, os que, de uma forma ou de outra, empreenderam o caminho da resistência democrática.

Não foi contra nenhuma tentativa de “transformar o Brasil em uma ditadura comunista” que o AI-5 foi baixado, naquela noite de 13 de dezembro de 1968.

O AI-5, como dissemos, foi baixado contra o povo – exatamente porque o povo não apoiava a ditadura. Pelo contrário, queria ver-se livre dela.

Daí, outra vez, a lembrança de Ulysses, na promulgação da Constituição:

“O Estado autoritário prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou (palmas). “A sociedade foi Rubens Paiva, não os facinorosos que o mataram” (Muito bem! Palmas prolongadas).

Órgão do MTE lamenta a possível interrupção da luta contra o trabalho escravo

Em nota divulgada na última quinta-feira (13), a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) manifestou sua “profunda preocupação” com a possível interrupção da política de enfrentamento ao trabalho escravo e ações de fiscalização coordenadas pelo Ministério do Trabalho. A nota foi emitida após o anúncio de extinção do Ministério do Trabalho (MTE) e alocação de suas atuais atribuições em diferentes pastas, pelo presidente eleito de Jair Bolsonaro (PSL).

De acordo com a Conatrae, “a fragilização institucional da fiscalização acarretará o aumento da escravidão contemporânea, uma das mais graves violações aos direitos humanos, com a consequente exposição do país a sanções comerciais internacionais, o que pode levar a barreiras tarifárias e não tarifárias aos nossos produtos e à redução de investimentos de fundos com responsabilidade social”, diz a nota da comissão, que existe desde 2003, e é vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos.

“No momento em que países, como os Estados Unidos, afirmam que não aceitarão a concorrência desleal de empresas que se utilizam de trabalho escravo, seria um erro enfraquecer o órgão que é a base do combate eficaz dessa mazela social”, diz um trecho do documento.

O conselho explica ainda que a Secretaria de Inspeção do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho, tem sido responsável por coordenar o resgate de pessoas submetidas a trabalho escravo, desde 1995, garantindo a liberdade de mais de 53 mil pessoas e o pagamento de salários e direitos devidos.

Na semana passada, Bolsonaro voltou a atacar órgãos que fiscalizam as relações de trabalho em nosso país. “Ministério Público do Trabalho, por favor, se tiver clima, a gente resolve esse problema. Não dá mais para continuar quem produz sendo vítima de uma minoria, mas uma minoria atuante”, disse Bolsonaro.

Jovem, abusada quando tinha 16 anos, foi uma das primeiras a denunciar João de Deus

Pai de Camila: “não podia imaginar que estava na mão de um bandido”



Após prestar depoimento, João de Deus deixa a delegacia e segue para presidio



Camila: “Dez anos! Ele ficou fazendo isso, a mesma coisa...”

Ministro Luiz Fux mantém multa por não cumprimento de frete

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux voltou atrás e revogou, na quarta-feira (12), a liminar concedida por ele mesmo que impedia que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aplicasse multa aos transportadores por descumprimento da tabela de fretes.

A tabela de preços mínimos de frete foi uma conquista dos caminhoneiros, após vitoriosa greve de maio deste ano – além da redução do preço do diesel. Ela foi instituída pela Medida Provisória 832/2018, convertida na Lei 13.703/2018, e pela Resolução

5.820/2018, da ANTT, que regulamentou a medida.

Fux acolheu pedido de reconsideração feito pela Advocacia Geral da União (AGU). Ele revogou a liminar até que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidisse sobre o tema. Fux já solicitou ao presidente do STF, Dias Toffoli, que marque data para julgamento do caso.

De acordo com Fux, “revogo a liminar anteriormente concedida até que o Plenário desta Corte se manifeste sobre o mérito da causa. Determino a inclusão do feito em pauta com urgência, consoante a conveniência da Presidência desta Egrégia Corte”.

Há no STF três

ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) contra o piso mínimo, ajuizadas pela Associação do Transporte Rodoviário do Brasil (ATR Brasil), que representa empresas transportadoras; pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

As entidades patronais alegam que o tabelamento fere a iniciativa do “livre mercado” e é uma “interferência indevida” do Estado na atividade econômica.

Para os caminhoneiros, os preços vigentes antes do piso mínimo de fretes eram distorcidos e não cobriam nem os custos dos transportes de cargas.



16 menores trabalhavam em fazendas no Paraná, além de outras irregularidades

Ação do Ministério Público do Trabalho resgata crianças de trabalho em fazendas

O Ministério Público do Trabalho (MPT-PR) resgatou 16 menores de 18 anos, entre eles uma criança de 11 anos e outra de 13, que estavam trabalhando ilegalmente em quatro fazendas, na região de Ponta Grossa, no Paraná. A força tarefa resgatou 42 pessoas que estavam trabalhando em condições análogas à escravidão.

Além dos menores, os auditores do Trabalho constataram outras irregularida-

des, com a ausência de registros em carteira de 58 trabalhadores, condições precárias de higiene e segurança.

A operação conjunta dos auditores do Trabalho e do MPT-PR ocorreu de 3 a 6 de dezembro. Ao todo, nove frentes de fiscalização se dividiram em lavouras de batatas e maçãs nos municípios de Contenda, Lapa, Porto Amazonas e Palmeira.

Segundo os auditores, não havia água potável ou

banheiros no local, nem espaço adequado para refeições. Os agricultores também não fizeram o exame admissional, como determina a lei, e não tinham equipamentos de proteção individual.

A multa por cada caso de trabalho infantil é de R\$ 400,00 e pode aumentar de acordo com o faturamento do empregador. A punição pela falta de registro em carteira e pelas condições insalubres chega a R\$ 3 mil por trabalhador.

Já são mais de 500 acusações de abuso contra o suposto médium. A advogada foi abusada quando buscava cura para síndrome do pânico

O “médium” João de Deus entregou-se a Polícia Civil na tarde de domingo (16). Ele é acusado de abusar sexualmente de mais de 500 mulheres em Abadiânia (GO), enquanto fazia supostas “cirurgias espirituais” na Casa Dom Inácio de Loyola.

João Teixeira de Faria, o João de Deus, teve sua prisão decretada pelo Ministério Público de Goiás na última quarta-feira (12), e já era considerado foragido pela polícia. Ele se entregou no domingo numa estrada de terra nas redondezas de Abadiânia, após ser procurado pela polícia em 30 endereços diferentes, sem sucesso.

Até segunda-feira (17), das mulheres que denunciaram abusos, 30 já foram ouvidas pelo Ministério Público e a Polícia Civil colheu o depoimento de 15 mulheres.

De todos os relatos, que apareceram em muitos momentos na TV, o mais impressionante é o da advogada Camila Correia Ribeiro, que disse em entrevista ao Fantástico, no domingo, que foi abusada por João de Deus durante um atendimento, em 2008, em uma sala em que seu pai também estava presente.

Ela tinha apenas 16 anos, e foi até lá com a família na esperança de se curar de uma síndrome do pânico. Segundo ela, seu pai não pôde ajudá-la, pois foi orientado por João de Deus para que ficasse de costas, de olhos fechados e rezasse.

Na mesma entrevista ao Fantástico, o pai de Camila disse que ao ouvir a filha chorar, “pensava que ela estava recebendo uma cura. Eu nunca podia imaginar que estava na mão de um bandido”.

Ela conta: “Quando ele pegou minha mão e colocou nele [pausa e chora] ... eu vi que tinha uma coisa errada, porque que ele tava fazendo aquilo? Eu não sabia. [Ele colocou minha mão] no órgão dele. Eu não conseguia falar... e não conseguia mexer, eu não... eu não conseguia falar nada. Não sei o porquê. [Meu pai] tava perto, muito perto, sabe?”.

Só ao chegar em casa ela conseguiu contar para a mãe o

que tinha acontecido. A família fez uma denúncia contra o “médium”.

Camila foi uma das primeiras mulheres que procuraram a Justiça para denunciar o João de Deus por abuso. Antes disso, outra jovem, também de 16 anos, de Minas Gerais, denunciou o curandeiro, em 1980, mas não levou o caso adiante.

Somente em 2013, cinco anos depois da denúncia de Camila, é que saiu a decisão da Justiça, absolvendo João de Deus da acusação. O processo foi arquivado.

No Fantástico, Camila contou: “Eu fui ler a sentença agora, há pouco tempo, depois que toda a notícia apareceu. E eu fiquei como errada ainda, sabe? Dez anos! Ele ficou fazendo isso, a mesma coisa... Dez anos!”.

DEPOIMENTO

Em seu depoimento, no domingo à noite, o suposto médium negou todas as acusações. Apesar disso, o delegado-geral da Polícia Civil, André Fernandes, afirma que “o interrogatório não consegue superar as denúncias, as oitivas das mulheres que narraram de forma tão segura e detalhada o que viveram. Somado com outras provas que a polícia terá até o fim das investigações, o Poder Judiciário terá vastas informações”.

“Vamos confrontar o que ele falou com as provas que temos e com os depoimentos colhidos e analisar tudo. Devemos ouvir ele uma segunda vez, mas primeiro precisamos fazer esses comparativos”, completou o delegado.

Na quarta-feira (12), o jornal “O Globo” trouxe matéria denunciando que o “médium” transferiu R\$ 35 milhões de sua conta logo após as denúncias, a suspeita é que ele pretendesse fugir.

A defesa entrou com pedido de Habeas Corpus, na manhã de segunda-feira (17), alegando fragilidade de sua saúde devido à idade avançada, já que João tem 76 anos.

Futuro ministro diz que pretende leiloar todos os aeroportos do país

O governo Bolsonaro planeja leiloar todos os aeroportos do país nos próximos três anos. A informação foi dada pelo futuro ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, na quinta-feira (13).

Dos aeroportos mais lucrativos, 10 terminais já foram entregues à iniciativa privada desde 2011, no governo Dilma, que prosseguiu com as concessões de Temer. Praticamente todos foram entregues a empresas estrangeiras.

Em 15 de março de 2019, já está marcado o leilão de outros 12 terminais. O edital desse leilão já foi elaborado pela equipe de Temer.

De todos os aeroportos ainda sob controle estatal, pelo menos dois são considerados “jóias da coroa”, o aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e o Santos Dumont, no Rio de Janeiro, que têm a rota mais movimentada do país, e escaparam da sanha

entreguista por pressão política.

“Devemos conceder nos próximos três anos ou três anos e meio toda a rede Infraero”, afirmou o ministro, que também confirmou a indicação do brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior, atual diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para presidir a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Sobre a indicação do brigadeiro para a estatal, o ministro disse que “ele é experiente, conhece profundamente o setor e chega alinhado com o plano do ministério de fazer mais concessões de aeroportos”.

Tarcísio Gomes também disse que, caso o plano de privatização do restante dos aeroportos dê certo, é possível que também ocorra a extinção da Infraero, ou que a estatal também seja privatizada, como uma empresa de administração de aeroportos.



Aeroporto de Congonhas, um dos mais cobiçados

Lavrov adverte o regime de Kiev: “nova provocação contra a Rússia terá dura resposta”

A Ucrânia receberá uma dura resposta caso se atreva a realizar uma provocação na fronteira com a Rússia na Crimeia, afirmou o chanceler russo, Serguei Lavrov, na segunda-feira, dia 17.

“Kiev pretende realizar na fronteira com a Crimeia uma provocação armada no final de dezembro, quando expire a lei marcial na Ucrânia”, disse o ministro. O parlamento desse país, a Rada, aprovou no dia 26 de novembro um decreto do presidente Pyotr Poroshenko autorizando a introdução de lei marcial por 30 dias.

Lavrov acrescentou que o presidente da Ucrânia está debatendo os preparativos desta provocação com seus “patrocinadores ocidentais”, ou seja, com os Estados Unidos.

“Ele [Poroshenko] terá uma resposta, e lhes garanto que vai ficar sabendo dela”, declarou em entrevista à rádio Komsomolskaya Pravda.

VIOLAÇÃO

Em 25 de novembro, três barcos das forças navais da Ucrânia, em violação dos Artigos 19 e 21 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar, atravessaram ilegalmente a fronteira estatal russa em direção ao estreito de Kerch, que separa a península da Crimeia da Rússia continental, provocando entre os dois países um incidente naval no mar de Azov. O fato obrigou as forças guarda-costas navais a perseguir os infratores, arremeter contra o rebocador causando-lhe danos na sala de motores e abrir fogo contra os encouraçados, que tentavam circunavegar a península de Crimeia, comunicou então a direção de fronteiras do Serviço de Segurança Federal da Rússia (FSB).

Segundo o presidente russo, Vladimir Putin, Poroshenko, que tem baixa popularidade entre os eleitores, tenta, desta forma, criar obstáculos aos adversários da oposição e, possivelmente adiar a eleição marcada para a primavera de 2019.

Segundo a informação transmitida pelo Ministério russo, os aliados de Poroshenko lhe recomendam continuar com operações militares de baixa intensidade que não tenham respostas contundentes, mas que graças às quais se poderá “gritar constantemente, na mídia de propaganda, que os russos estão atacando a Ucrânia”.

Porém, mesmo assim, “a Rússia não pensa levar uma guerra contra a Ucrânia”, assegurou Serguei Lavrov.

“Não iremos à guerra contra a Ucrânia, eu o prometo”, disse na entrevista à Komsomolskaya Pravda.

O ministro russo frisou que apesar de que “o regime ucraniano tem características de nazismo e neonazismo”, a Rússia não combaterá contra o povo da Ucrânia “que não tem nada que ver com tudo isso”.

“Estou seguro que a maioria do povo ucraniano quer a paz no seu país e busca se desfazer desse regime vergonhoso e reestabelecer boas relações com a Rússia”, indicou.



Refinarias atuam com 25% da capacidade. Orçamento de Odrador destina US\$ 2,875 bilhões para resgate e construção de refinarias

Os recursos para o conserto e manutenção das seis refinarias existentes no México, hoje sucateadas, superarão os 375 milhões de dólares em 2019 (7,5 bilhões de pesos), e para a que será construída no estado de Tabasco serão aplicados mais de US\$ 2,5 bilhões, segundo a proposta de orçamento para a Petróleo Mexicano Transformação Industrial (departamento da Pemex), como parte do projeto apresentado no sábado, 15, pela Secretaria da Fazenda de Crédito Público para o próximo ano.

No chamado resgate da Pemex e de sua política, em matéria de energia, o presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO) anunciou que reabilitará as seis refinarias, que trabalhavam a apenas 25% de sua capacidade durante o governo de Enrique Peña Nieto. Uma medida adicional para cobrir o consumo do país é a edificação de mais uma que estaria

construída em três anos.

López Obrador anunciou que planeja lançar a licitação da concessão da nova refinaria até março de 2019. A nova unidade deverá atrair investimentos na ordem de 8 bilhões de dólares. A refinaria será a maior do país, com capacidade para processar 340 mil barris por dia, e incluirá 17 unidades de processamento e 93 tanques de armazenamento ou instalações.

Os planos expostos pelo novo governo incluem aumentar a produção nacional para 2,4 milhões de barris por dia até meados de 2020. “Em três anos estaremos produzindo a gasolina que consumimos no país, para que possamos baixar os preços do combustível”, afirmou Obrador.

Papa apoia Pacto de Migração “que segue o princípio da solidariedade”



Papa saudou iniciativa que teve o apoio de 164 dos 193 Estados membros da ONU

Trabalhadores húngaros rejeitam a “reforma” que dá a patrões 3 anos para pagar horas extras

Mais de 10 mil pessoas tomaram as ruas de Budapeste, no domingo, contra mudança na lei trabalhista, aprovada dia 12, que permite aos empregadores aumentar em 60% as horas extras de seus trabalhadores. Um abuso que levará os húngaros a ter que trabalhar até 400 horas anuais a mais. Além disso, os empregadores poderão pagar as horas extras até 3 anos depois de trabalhadas.

Para sua aprovação, a lei não contou com apoio total do direita União Cívica Húngara (Fidesz), com dois terços da bancada favorável à escurça apoiada pelo primeiro-ministro, Viktor Orbán.

O protesto do dia 16 – maior de todos até o momento – foi o quarto em uma semana de atos chamados por partidos de oposição, grupos de estudantes e sindicatos que se levantam não apenas contra o ataque a direitos dos trabalhadores mas contra uma série de abusos do governo de Orbán.

Os manifestantes carregavam bandeiras da Hungria e faixas com mensagens como “Não roube” e “Justiça independente!”, conforme caminhavam pela histórica Praça dos Heróis, rumo ao parlamento.

Com o claro objetivo de barrar a capacidade de reação dos trabalhadores, a lei impõe ainda o corte



As manifestações contra as medidas de Orbán lotaram as ruas centrais de Budapeste

do poder de negociação dos sindicatos, liberando os patrões a fugirem das negociações coletivas em troca de acordos localizados.

O governo justificou as medidas com a conhecida ladainha de que a flexibilização trabalhista é necessária para satisfazer as necessidades dos investidores e também permitir que os que buscam ganhar mais, trabalhem mais horas.

“Esse governo ignora a nós, trabalhadores”, disse Tamas Szekely, vice-chefe da Associação dos Sindicatos Húngaros, em seu pronunciamento. “Devemos levantar nossas vozes e dar uma resposta”, frisou.

Enquanto se debatia a reforma, na quarta-feira, 12, as ruas próximas se enchiam de manifestantes que, junto com os deputados de oposição, rechaçavam as medidas com vaias e sirenes. Na frente

da sede do Fidesz, um grupo de mulheres agitava bandeiras húngaras e dos sindicatos. A multidão também bloqueou a Ponte da Cadeia, um dos símbolos da cidade de Budapeste. A polícia agrediu os manifestantes com gás lacrimogêneo. 34 manifestantes foram presos, no primeiro dia de protestos.

Mas as manifestações não pararam. Na quinta-feira, 13, aconteceu uma segunda mobilização na qual milhares de pessoas também convocadas por sindicatos e estudantes, mais uma vez, tomaram as ruas do centro da capital húngara e, na sexta-feira, a população húngara deixou claro que não aceitaria perder seus direitos e convocou o protesto que tomou as ruas de Budapeste no domingo, 16. No total das manifestações foram presos 65.

Racistas israelenses picham muros de Nazaré com “morte aos árabes”

No momento em que a cidade de Nazaré se prepara para a celebração do Natal, muros da cidade amanheceram, no dia 17, pichadas com palavras de ódio racista de “morte aos árabes” e “a terra de Israel pertence ao povo de Israel”, escritas na língua hebraica.

Nazaré (onde, segundo o cristianismo, Jesus foi anunciado a Maria) é a maior cidade que permaneceu árabe dentro das fronteiras de Israel após a implantação do Estado, em 1948. Ela possui 61% de cristãos árabes e 39% de muçulmanos em sua população.

A pichação, segundo reporta a agência palestina de notícias Wafa, é assumida por um grupo extremista judaico que se denomina “Tag Mehir” (“Preço da cobrança”), que costuma vandalizar propriedades e carros de árabes em diversas cidades israelenses.

As cidades árabes israelenses de Nazaré, Kafr Qassem e Um El Fahem, são diversas vezes molestadas com esse tipo de agressão racista.

Residentes de Nazaré pedem que políticos israelenses parem de incitar contra cristãos,



“Morte aos árabes”, em hebraico. Não é a primeira vez que casas de Nazaré são vandalizadas por racistas

muçulmanos e exigem da polícia que suas cidades sejam protegidas.

Segundo a agência Wafa, ninguém foi detido pelas pichações e a polícia israelense não atendeu investigações a respeito, apesar dos pedidos de palestinos residentes em Nazaré.

BELÉM

No mesmo dia 17, soldados da ocupação israelense perpetraram uma razia na cidade de al-Khader, na vizinhança da cidade de Belém, resultou em protestos que os soldados reprimiram com balas de aço cobertas com borracha, bombas de percussão e de gás lacrimogêneo.

O papa Francisco conclamou a comunidade internacional a agir de acordo com os princípios de “responsabilidade, compaixão e solidariedade que caracterizam o pacto firmado em Marrakesh

O papa Francisco manifestou seu apoio ao “Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular”, adotado recentemente por 164 dos 193 estados-membros das Nações Unidas em Marrakesh, no Marrocos, e conclamou a comunidade internacional para que aja com “responsabilidade, solidariedade e compaixão” com os migrantes, transformando-o em um “marco de referência”.

Diante de milhares de fiéis que acompanharam à missa dominical na Praça São Pedro, no Vaticano, o papa sublinhou que o texto aprovado pela ONU oferece parâmetros para que a migração seja respeitada e tratada de maneira “segura, coordenada e regular”.

“Espero que a comunidade internacional possa trabalhar, graças a este acordo global, com responsabilidade, solidariedade e compaixão em relação àqueles que, por várias razões, deixaram seu país”, destacou.

O líder da Igreja Católica reiterou que mais do que nunca é preciso ter compaixão com as centenas de milhões de migrantes, pessoas que necessitam deixar seus países pelas mais diversas razões. A bandeira dos refugiados tem se transformado em um ponto forte do pontificado de Francisco, particularmente em um momento em que se multiplicam as tragédias anunciadas, seja nas águas do Mediterrâneo ou na desértica fronteira do México com os Estados Unidos.

Embora não sendo vinculativo do ponto de vista jurídico, o pacto proposto pela ONU conta com 40 páginas que têm o propósito de “fomentar a cooperação internacional sobre a migração entre todas as instâncias pertinentes”.

“É crucial que os desafios e as oportunidades da migração sejam algo que nos unam, em vez de nos dividir”, sublinha o documento que, após 18 meses de intensos debates, ainda precisará ser submetido a um último voto de ratificação em 19 de dezembro na Assembleia Geral das Nações Unidas.

O acordo global detalha 23 objetivos, sempre buscando promover um enfoque comum sobre os crescentes fluxos de pessoas, no instante em que o número dos que migram já atingiu a marca dos 258 mi-

lhões, o equivalente a 3,4% da população mundial. Entre as prioridades do pacto está a de prevenir, combater e erradicar o tráfico de pessoas no contexto internacional das migrações; investir no desenvolvimento de competências e qualificações dos migrantes e facilitar o seu reconhecimento; minimizar os fatores adversos e os fatores estruturais que obrigam os migrantes a deixar o seu país de origem e salvar vidas; estabelecer mecanismos para a portabilidade dos direitos de segurança social e benefícios; e proporcionar aos migrantes acesso a serviços básicos.

Avesso a questões sociais, para brasileiros ou seres humanos de qualquer nacionalidade, o governo Bolsonaro já anunciou, via futuro chanceler Ernesto Araújo, que irá desligar o país do texto adotado pelas Nações Unidas, por considerá-lo “um instrumento inadequado para lidar com o problema”. O abandono do Brasil é mais uma demonstração de servilismo ao governo de Donald Trump, repetindo as mesmas cantilenas dos Estados Unidos, que abandonaram o diálogo sobre o tema em dezembro de 2017. Israel, que surgiu da limpeza étnica dos palestinos e proíbe seu retorno, também se nega a assinar o pacto mundial.

Ao estabelecer normas comuns para ir e vir a todos, garantindo, indistintamente, direitos comuns a todos, o pacto proporciona reciprocidade, com segurança a cidadãos de diferentes países que emigram em busca de emprego, não sendo, portanto, via de mão única, como querem fazer crer governos e partidos xenofóbicos e fascistas.

A representante especial da ONU para migrações, Louise Arbour, comemora o caminho percorrido até agora e diz estar “muito confiante” pelo “grande número de Estados que mantêm a sua palavra, depois de negociações muito sérias e intensas”.

Segundo Antonio Vitorino, diretor da Organização Internacional para as Migrações, o discurso de governos de extrema-direita não se sustenta. “Estamos testemunhando uma manipulação por parte de alguns setores políticos, de uma tergiversação dos objetivos do pacto e devemos reagir à narrativa negativa nos mobilizando politicamente”, avaliou.

Ditadura de Ortega cancela registro de nove organizações sociais da Nicarágua

As organizações sociais prosritas pelo governo ditatorial de Ortega são, entre outras, a CE-NIDH (que atua na preservação dos direitos humanos), IPADE (que congrega educadores que promovem educação popular), IEPP e CINCO (que atuam na formulação de pesquisas e debates), CÍAS (entidade de mulheres e promoção da saúde comunitária) Popol Na (de apoio ao movimento rural).

Assim, Ortega dá mais um passo na restrição às liberdades democráticas. Proibiu manifestações contrárias ao governo, há centenas de presos políticos e de mortos e feridos por gangues organizadas pelo orteguismo para atacar manifestantes.

“O que estamos vivendo na Nicarágua é terrorismo de Estado”, denuncia o nicaraguense residente no Rio, Humberto Meza, pesquisador da UFRJ, formado em Ciências Políticas pela Unicamp. Ele lembra da sentença “falsa e bizarra” ao condenado pelo assassinato de Raynéia, médica brasileira residente em Manágua.

As declarações de Meza se somam às da mãe de Raynéia, Gabriela, morta a tiros ao sair do hospital onde acabara de concluir um dia de trabalho, em Manágua. “Não foi feita justiça, diz Maria José da Costa, mãe da jovem médica.

A condenação veio dia 12, depois que o segurança particular, Pierson Adán, assumiu a autoria dos disparos. Ele disse que Raynéia dirigia de “maneira suspeita”. A condenação de Adán é de 15 anos. A mãe de Raynéia diz que nenhum parente da brasileira pode acompanhar as audiências e questiona: “Como um simples vigilante que acabou de matar uma médica teve sozinho o po-

der de desaparecer com o carro e o celular (que até agora não apareceram) e destruir imediatamente todas as câmeras que filmaram o ocorrido”.

Policiais invadiram as instalações do grupo comandado pelo jornalista Carlos F. Chamorro, que edita o jornal El Confidencial e a revista Esta Semana, roubando computadores, arquivos e material de escritório.

Menos de 24 horas após o assalto e saque na redação, a polícia ocupou as instalações.

Segundo a denúncia estão lá cinco policiais armados que entraram no prédio às 22:27 h do dia 14. O jornalista Chamorro, condenou a “agressão fascista”.

Aproveitando-se do isolamento de Ortega, devido a suas medidas ditatoriais, dentro e fora da Nicarágua, o governo dos EUA decidiu impor sanções ao país. Em primeiro lugar, salta aos olhos o caráter extraterritorial das sanções através das quais, segundo informa o jornal USA Today, o Departamento de Tesouro dos EUA se dirigem a entidades internacionais, a exemplo do FMI, Banco Mundial e Bird para barrar empréstimos à Nicarágua.

O histórico norte-americano, mostra que EUA não quer a substituição do governo ditatorial de Ortega (que tem origem na derrubada da ditadura pró-americana de Somoza pela Revolução Sandinista, mas que abandonou suas raízes populares e se voltou contra o povo) por qualquer democracia, mas visa tirar proveito desse distanciamento para levar ao poder títeres submissos aos EUA, como aliás já fizeram ao financiar contrarrevolucionários para atacar o governo popular sandinista, durante o governo Reagan, no início dos anos 1980.

Franceses ocupam as ruas para exigir a renúncia de Macron



“Renuncia Macron” e “Vai Cair” tomaram conta das manifestações do sábado

Ex-chefe de segurança pessoal de Macron é indiciado por espancar outro manifestante

Alexandre Benalla, ex-chefe de segurança do presidente da França, Emmanuel Macron, foi novamente indiciado por “ingerência no exercício da função pública” e cometer “violência voluntária” contra um cidadão que protestava por seus direitos no 1º de maio. Após ser flagrado no mesmo dia por “participar ativamente” da agressão e prisão de um manifestante em Paris, agora responde na Justiça por este abuso cometido no Dia do Trabalhador, informou a AFP.

A agência de notícias francesa lembra que em novembro, após um interrogatório tenso, três juízes indiciaram Benalla por suas brutalidades, às quais ele tentou reduzir a “reflexo de um cidadão de bem”. “Dei minha ajuda à força pública para deter um delinquente violento que acabava de cometer um ato grave contra os policiais”, alegou o antigo homem-chave da segurança de Macron, que precisou ser demitido quando o caso veio à tona.

A imagem que fez explodir o escândalo foi capturada de um vídeo em que escancara Benalla, de 26 anos, vestido ilegalmente com uniforme policial, com capacete e braçadeira, agredindo covardemente um manifestante. Ao lado de

Vincent Crase, funcionário do partido do presidente, o “senhor segurança” – como é chamado pela imprensa francesa – foi detido, sendo acusado, entre outros, de violência e usurpação de funções. Outro vídeo mostra detalhadamente o ex-chefe de segurança empurrando uma garota pelo pescoço e depois batendo em um jovem durante o protesto.

Benalla, que tinha um escritório no Palácio do Eliseu – onde fica a residência presidencial e estava localizado o seu gabinete –, foi responsável pela segurança de Macron durante a campanha, antes de ser nomeado seu colaborador direto.

Soldados trocam aperto de mão histórico na fronteira coreana

Marcada por uma foto que entrará para a história – dois soldados, um do norte e outro do sul, que calorosamente trocam um aperto de mão – pela primeira vez desde 1953 soldados dos dois lados da península coreana cruzaram pacificamente a fronteira, para a realização de inspeções mútuas do fechamento dos postos militares na divisa, como parte do acordo militar abrangente de setembro.

As verificações destinavam-se a comprovar que, como acordado, todos os vinte postos de guarda escolhidos para demolição – dez de cada lado – tinham sido totalmente esvaziados de tropas e equipamento militar e destruídos, em mais um passo da reconciliação intercoreana negociada entre os líderes Kim Jong Un e Moon Jae-in.

Como parte desse proces-



Militares do Norte e do Sul na retirada de postos militares

so, a localidade de Panmunjon, na fronteira, foi desmilitarizada, e passou a ser controlada por 35 soldados de cada lado, desarmados.

Esse novo avanço foi recebido com regozijo em Pyongyang, enquanto em Seul o ministério da Defesa do sul registrou na quarta-feira (30) que “é

a primeira vez desde a divisão em que soldados do Norte e do Sul atravessaram pacificamente a linha de demarcação militar”. Nação milenar, a Coreia foi artificialmente dividida após a II Guerra Mundial, e busca encontrar o caminho para a paz definitiva e a reunificação.

Governo espanhol eleva Salário Mínimo em 22%

“Um país rico não pode ter trabalhadores pobres”, afirmou o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sanchez, ao anunciar uma elevação de 22% no valor do Salário Mínimo que deve vigorar a partir do início de 2019.

Com este percentual, o valor do Mínimo passa de 858 euros para 1.050. Segundo o governo espanhol, este é o maior aumento desde 1977.

Junto com a mensagem, o governo anunciou que a elevação vai ser determinada por decreto, após a prevista aprovação pelo Conselho de Ministros cuja próxima reunião acontecerá dia 21 em Barcelona. A medida deve, no início do ano que vem, ir a votação parlamentar. A expectativa dos governantes é de que a medida ganhe apoio popular para levar a sua confirmação no parlamento.

O governo espanhol, que chegou ao poder em meio a intensa luta contra o arrocho imposto depois da crise financeira de 2008, provocada pela especulação desviada com derivados de



Premiê Sanchez e o aliado Iglesias, o líder do Podemos

papéis em uma insustentável alavancagem em cadeia.

O Partido Socialista Espanhol, PSOE tem 84 dos 350 assentos no parlamento e fez uma aliança com o partido Podemos que detém 67 cadeiras, além de outros partidos menores para chegar à maioria capaz de formar o governo em 2 de junho deste ano.

Como de costume, a medida encontra oposição dos partidos neoliberais, Partido Popular e Ciudadanos, além de organizações empresariais.

A medida mostra que a pressão para vencer o arrocho imposto por uma Comissão Europeia dominada pela manutenção do predomínio dos interesses dos bancos começa a surtir efeito. Os assim chamados neoliberais, a serviço dos interesses da casta financeira acham absurdo a melhora das condições de vida do povo. É assim que o líder do PP, Pablo Casado, definiu o orçamento espanhol para 2019, que inclui a previsão de aumento do Mínimo, de “economicamente suicida”.



Tim Cook, executivo-chefe da Apple

Justiça chinesa condena Apple por piratear patentes

A fabricante de chips móveis norte-americana Qualcomm anunciou que venceu, preliminarmente, uma importante batalha que tinha travado com a Apple acerca de duas patentes suas. Segundo informações da Reuters, um tribunal chinês proibiu na segunda-feira a importação e venda de diferentes modelos de iPhones no maior mercado de celulares do mundo.

O Tribunal Popular Intermediário de Fuzhou, na China, concedeu liminar contra a Apple após ter considerado que a gigante de Cupertino violou patentes de software relacionadas ao redimensionamento de fotografias e o gerenciamento de apps na tela touch screen. Tais patentes cobrem a versão do sistema operacional móvel da Apple até o iOS 11. Na prática, a liminar se reflete na venda de iPhones a partir do iPhone 6S até o iPhone X.

Com a decisão, quatro subsidiárias chinesas da Apple estão proibidas temporariamente de importar e vender sete modelos da Apple – são eles o iPhone 6S, iPhone 6S Plus, iPhone 7, iPhone 7 Plus, iPhone 8, iPhone 8 Plus e iPhone X.

Os iPhone XS, iPhone XS Max e o iPhone XR não estão na lista de produtos banidos, uma vez que eles não estavam disponíveis quando a Qualcomm entrou com a ação em 2017.

“A Apple continua a se beneficiar de nossa propriedade intelectual enquanto se recusa a nos compensar”, disse o conselheiro geral da Qualcomm, Don Rosenberg, em comunicado.

A Qualcomm buscava, originalmente, proibir a fabricação dos aparelhos na China, mas a decisão de hoje indica que isso não deve acontecer. Vale também lembrar que essa disputa acerca do software é separada daquela que a Qualcomm e a Apple travaram acerca dos modems da primeira empresa. A Apple acusou a Qualcomm de abusar de sua posição de liderança no fornecimento de chips móveis.

Menina guatemalteca de 7 anos morre sob custódia nos EUA

Uma menina guatemalteca de sete anos morreu de desidratação e esgotamento na semana passada em um dos campos de concentração de imigrantes na fronteira com o México, onde se encontrava sob custódia do governo norte-americano. A informação vinha sendo abafada e só foi divulgada nesta quinta-feira pela reportagem do The Washington Post.

Conforme os registros, a menina e seu pai – cujos nomes ainda não foram divulgados –, viajaram com um grupo de 163 pessoas quando, profundamente esgotados pela caminhada no deserto, se entregaram aos agentes da Patrulha de Fronteira nos Estados Unidos na noite de 6 de dezembro ao sul de Lordsburg, Novo México. Oito horas após ser detida, profundamente debilitada e sem receber atendimentos especiais, a menina começou a ter febre de 40,9 graus e a convulsionar, morrendo 24 horas depois.

A nova morte de uma menor de idade – que sequer havia sido comunicada – “deve fazer”, disseram as autoridades estadunidenses, com que se intensifique o controle das condições dos centros de detenção da Patrulha de Fronteira e as próprias “instalações” em que ficam presas as famílias, com pais separados dos filhos por determinação de Trump.

Diante das inúmeras e crescentes denúncias das organizações de direitos humanos – e dos próprios horrores constantemente informados –, locais que amontoam dezenas de milhares de refugiados, fugitivos principalmente de

Guatemala, Honduras e El Salvador. “devem”, no entender das autoridades, passar por uma reciclagem. Uma maquiagem da política de “tolerância zero” do governo estadunidense, que acentua seu discurso racista e xenofóbico.

A chefe do Departamento de Segurança Interna, que supervisiona a agência de Alfândega e Proteção de Fronteira – que deveria ter garantido todas as condições de saúde e segurança que o caso requeria, foi convocada pelo Comitê Judiciário da Câmara dos Deputados a depor na semana que vem. “Exigiremos respostas imediatas para esta tragédia”, disse a democrata Jerry Nadler.

A morte da criança volta a comover a Guatemala. O país sofreu recentemente com o assassinato da jovem migrante Claudia Patricia Gómez González, de 20 anos, baleada na cabeça por um oficial de fronteira quando tentava ingressar nos Estados Unidos. Vale lembrar que ao mesmo tempo em que Claudia era enterrada, Trump propagandeava seus planos de erguer um gigantesco muro na fronteira para barrar qualquer passagem rumo aos EUA.

Nos últimos dias, entidades de direitos humanos alertaram que são alarmantes as cifras do êxodo centro-americano, especialmente de guatemaltecos pela parte norte, que já ultrapassa o número de migrantes hondurenhos detidos pela fronteira sul. As cifras, disseram, evidenciam a gigantesca caravana invisível de guatemaltecos que fogem da profunda miséria e da insegurança.

existir o salário mínimo, os jovens são obrigados a aceitar até menos da metade, em contratos temporários e precários.

Na véspera, manifestação encabeçada pela principal central sindical, a CGT, exigiu o salário mínimo de 1.800 euros, fim da supressão das conquistas dos aposentados, volta dos acordos coletivos e uma política industrial. Nesta terça-feira (18), os trabalhadores estarão de volta às ruas.

Conforme afirmou o líder da CGT, Philippe Martinez, não importa se os coletes são amarelos, vermelhos ou azuis, “o importante é que as lutas convirjam”.

No último sábado, trabalhadores ferroviários – que durante o primeiro semestre inteiro sustentaram a luta contra o arrocho e privatizações de Macron –, marcharam juntos com os coletes amarelos pelas ruas de Paris.

Além da capital francesa, as maiores manifestações ocorreram em Toulouse, Bordeaux, Marselha, Nantes, Rennes, Estrasburgo e Lyon. Estudantes se ajoelharam com as mãos na cabeça, em repúdio à brutalidade contra mais de cem colegas em um liceu no interior que escandalizou a França. As quatro vítimas do atentado terrorista em Estrasburgo foram pranteadas com um minuto de silêncio em vários atos.

Na mobilização desse sábado, a questão do “Referendo por Iniciativa dos Cidadãos” recebeu especial destaque, em um sintoma do cansaço com o estelionato eleitoral, em que candidatos se elegem com um programa e aplicam mesmo é o programa dos bancos e dos ricos. Antevendo que a insatisfação vai prosseguir, Macron, ao sair de uma reunião com líderes da União Europeia, em Bruxelas, no sábado dia 15, pediu: “a França precisa de calma, ordem e volta à normalidade”. Seu ministro do Interior passou a dizer que está na hora de “liberar as rotatórias nas estradas”.

“BASTA”

Dez anos depois do crash de 2008, o sentimento de “basta” cada vez se espalha mais pela Europa – e particularmente na França, sob um presidente arrogante e detestado. Nesse período, um governo atrás do outro só cuidou de salvar bancos – que haviam traficado derivados tóxicos até quebrarem – e arrochar quase todos os demais. Macron busca isolar o movimento dos coletes amarelos, tentando empurrá-los para Marine Le Pen, truque que permitiu que se tornasse presidente, sem ter votos e sem ter um partido de verdade.

Como disse ao jornal L’Humanité um sindicalista na montadora PSA (Peugeot Citroen), graças ao movimento dos coletes amarelos “a questão dos salários está de volta com vigor em nossas empresas”. Ele saudou a exigência de restauração do ISF [Imposto Sobre Fortunas].

Outro manifestante, de Montargis, pequena cidade a 110 km de Paris, disse que queria “três coisas – Referendo de Iniciativa dos Cidadãos, aposentadoria mínima de 1200 euros e o retorno do ISF. “Pessoalmente, tenho apenas o suficiente para viver com dignidade, mas não estou aqui por mim. Venho pelos meus avós, que trabalharam a vida toda e acabaram com 1000 euros para dois”.

Deve ser por isso que a emissora de tevê France 3 mostrou uma cena adulta de uma refeição de sábado, de onde havia sido apagado, digitalmente, um enorme “Fora Macron” [Macron Dégagé].

Augusto Heleno defende o infame AI-5

O AI-5 era totalmente ilegal. Simplesmente, estava acima das leis – e as suprimia. Seu único fundamento era a força bruta – e assassina

CARLOS LOPES

O futuro ministro, anunciado por Bolsonaro, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro Pereira, declarou que o Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado pela ditadura há 50 anos, no dia 13/12/1968, foi necessário porque “não era possível seguir permitindo que as forças da comunização seguissem ganhando espaço por falta de instrumentos legais”.

Quem ganhava espaço naquela época era a oposição à ditadura, ou seja, as forças da democracia. Já voltaremos a esse tema, porém, antes, uma questão preliminar – ou quase isso, pois se confunde com a primeira. O sr. Augusto Heleno, pelo visto, não sabe o que é um “instrumento legal”.

Pois, o que o AI-5 fez, exatamente ao contrário, foi suspender todos os instrumentos legais, a começar pela própria Constituição, mesmo aquela que a própria ditadura havia confeccionado e remendado duas vezes – e até o Código de Processo Penal.

O AI-5 abolia, desde o *habeas corpus* até o direito de propriedade para quem se opusesse ao regime, passando pelo direito a eleger e a ser eleito.

Isso, sem qualquer limite de prazo, colocando todo o país sob o arbítrio de um único cidadão: o que ocupasse o cargo de presidente (e não através de eleições, mas por desígnio ditatorial). Pelo AI-5, o presidente era dotado dos seguintes poderes, em caráter absoluto (ou seja, sem que os atingidos pudessem recorrer à Justiça, sem que fosse possível ao Legislativo revogar esses poderes, e sem que fosse necessário, nem ao menos, alguma fundamentação das decisões):

1) decretar o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por tempo indefinido, com o Executivo fazendo “leis” sem a necessidade de aprová-las no parlamento;

2) decretar a intervenção nos Estados e municípios;

3) cassar mandatos de deputados, senadores, vereadores, governadores e prefeitos;

4) demitir juízes sumariamente;

5) demitir qualquer funcionário;

6) suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão;

7) proibir qualquer cidadão de exercer a sua profissão;

8) confiscar os bens de qualquer cidadão;

9) suspender o direito do *habeas corpus* – ou seja, o direito de recorrer ao Judiciário contra uma punição ilegal ou injusta.

Pelo mesmo Ato, ficou instituída:

10) a censura prévia e arbitrária da imprensa escrita, da música, do cinema, do teatro, do rádio e da TV;

11) a proibição de todas as reuniões políticas não autorizadas pela polícia;

12) a suspensão completa do *habeas corpus* para “crimes políticos”, ou seja, para aquilo que a ditadura considerasse crime na oposição;

13) a proibição de que os “atos institucionais” pudessem ser apreciados pela Justiça.

Portanto, o AI-5 suspendeu as leis regulares, a começar pela Constituição, e tornava

Poderes de fancaria tanto o Legislativo quanto o Judiciário.

A rigor, instituía um regime terrorista, cuja base era a tortura.

Daf a incomunicabilidade do preso por 10 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, que, através do AI-5, foi introduzida na Lei de Segurança Nacional.

Já foi observado que 10 dias é o dobro da incomunicabilidade permitida pelas leis feudais portuguesas, vigentes no Brasil Colônia; porém, além disso, esse prazo raramente era respeitado sob o AI-5.

Além disso, essa nova LSN, instituída por decreto-lei, introduzia a prisão perpétua e a pena de morte para “crimes políticos”.

PRESOS

O AI-5 era totalmente ilegal. Simplesmente, estava acima das leis – e as suprimia. Seu único fundamento era a força bruta – e assassina.

Disse o futuro ministro de Bolsonaro, Augusto Heleno, que o objetivo do AI-5 era combater “as forças da comunização”.

Logo no dia seguinte ao AI-5 – ou seja, no dia 14 de dezembro de 1968 – foi preso o jurista Sobral Pinto.



O futuro ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno

Sobral tinha, naquela época, 75 anos, era um conservador e anticomunista notório (até, às vezes, furioso – e digo isso porque sou testemunha ocular) e fora um tenaz adversário do governo João Goulart.

No entanto, Sobral Pinto era – e foi, até o fim – um defensor dos direitos humanos.

Por isso foi preso.

No mesmo dia, foi preso Carlos Lacerda, carranca de proa da direita dentro do Brasil durante todo o regime da Constituição de 1946 – e o maior agitador a favor do golpe de Estado de 1964.

Lacerda, porém, passara para a oposição.

Por isso foi preso.

As prisões, aliás, se encheram na noite e no dia seguinte ao AI-5 – e, na verdade, o único comunista registrado (e declarado) foi o ator Mário Lago, que estava trabalhando na TV Globo, quando foi preso. Chegou à prisão com

os trajes do personagem que interpretava na novela “Passo dos Ventos” – por sinal, um vilão de nome Dubois.

Qual o crime de Mário Lago? Nenhum, exceto pensar diferente dos que mandaram prendê-lo.

Quando o então decano do Exército, general Peri Constant Beviláqua, na época ministro do Superior Tribunal Militar (STM), foi afastado da função pelo AI-5 – e teve todas as suas condecorações anuladas, em janeiro de 1969.

O motivo pelo qual o neto de Benjamin Constant foi atingido pelo AI-5, disse depois um dos participantes dessa ignomínia, foi que “ele concedia *habeas corpus* demais”.

Beviláqua, em seu posto no STM, fora contra a perseguição ao presidente João Goulart e a outras vítimas da ditadura.

O ex-presidente Juscelino Kubitschek foi preso ao sair

do Teatro Municipal do Rio, na própria noite do AI-5. Juscelino já fora cassado e estava “sob investigação” desde 1964 – sem que os esbirros conseguissem encontrar algo para condená-lo.

Aliás, ficaria “sob investigação” até o final da vida, pois uma das invenções mais diabólicas, baseada no AI-5, foi transformar a antiga Comissão Geral de Investigações (CGI) em um órgão onde o investigado tinha de provar a sua inocência – ao invés dos acusadores provarem a culpa do acusado. Com essa regressão ao direito feudal, as investigações jamais acabavam.

Essa nova CGI foi criada quatro dias após o AI-5, pelo Decreto-lei 357, de 17/12/1968, com o objetivo explícito de confiscar bens de adversários políticos considerados “corruptos” (v. *Diego Knack, “O combate à corrupção durante a ditadura militar por meio da Comissão Geral de Investigações (1968-1978)”*, UFRJ, 2014).

A CGI acabou junto com o AI-5, em 1978, no governo Geisel.

Caetano Veloso e Gilberto Gil também foram presos no dia seguinte ao AI-5. Mas não devem ser essas as “forças da comunização” a que se referiu o sr. Augusto Heleno.

PREÂMBULO

Nos 10 anos em que existiu, pelo AI-5 foram cassados ou afastados do serviço público 1.500 brasileiros; foram proibidos 950 filmes e peças; mais de 10 mil cidadãos foram presos; milhares



foram torturados; pelo menos 390 foram assassinados – 156 deles, brasileiros com menos de 30 anos; e 130 brasileiros foram banidos do Brasil (cf. *Memorial da Democracia*).

Três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) – Vítor Nunes Leal, Evandro Lins e Silva e Hermes Lima – foram afastados pelo AI-5 em janeiro de 1969. Em protesto, o presidente do Supremo, ministro Gonçalves de Oliveira, renunciou ao cargo e pediu aposentadoria.

Somente entre 1969 e 1973, 72 professores universitários e 61 pesquisadores foram cassados, afastados de sua atividade – e proibidos de exercer sua profissão.

Em fevereiro de 1969, com base no AI-5, a ditadura baixaria o Decreto-lei nº 477, pelo qual os estudantes foram proibidos de exercer qualquer atividade política, sob pena de expulsão e proibição a se matricular em outra instituição de ensino por três anos (v. texto do *Decreto nº 477*).

No Itamaraty, logo após o AI-5, 36 pessoas foram afastadas – inclusive um dos maiores poetas da História do país, Vinícius de Moraes.

Continua na página 5

As prisões se encheram na noite e no dia seguinte ao AI-5. Nas fotos, da esquerda para a direita, o jurista Sobral Pinto, que foi preso em 1968; o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi preso ao sair do Teatro Municipal do Rio, na própria noite do AI-5. No Itamaraty, logo após o AI-5, 36 pessoas foram afastadas – inclusive um dos maiores poetas da História do país, Vinícius de Moraes. O ator Mário Lago, foi preso no dia seguinte ao AI-5; o deputado Rubens Paiva, foi assassinado pela ditadura em 1971; o cantor e compositor Caetano Veloso também foi preso no dia seguinte ao AI-5

